

o b s e r v a

observatório
de ambiente
e sociedade



Laboratório associado

CONDIÇÃO SOCIAL, AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA

e estudo / 4

Vitor Matias Ferreira, José Luis Casanova, Alexandra Castro

1999

CONDIÇÃO SOCIAL, AMBIENTE URBANO E QUALIDADE DE VIDA

Coordenação:

Vitor Matias Ferreira, José Luis Casanova, Alexandra Castro

Relatório Elaborado por:

Vitor Matias Ferreira, José Luis Casanova, Alexandra Castro, Gisela Matos, João F. de Seixas, Filipa Alvarenga, Susana Conceição, Ana Sofia Rocha, Vera Gonçalves.

DEZEMBRO de 1999

APRESENTAÇÃO

I. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E PROBLEMAS DE «AMBIENTE URBANO»..... 4

- 1. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE “AMBIENTE URBANO” 4
- 2. PROBLEMAS DE AMBIENTE URBANO 14
 - 3.1. *Factores de degradação do ambiente urbano* 21
 - 3.2. *Exclusão e pobreza como factores de degradação do ambiente urbano*..... 22
 - 3.3. *Responsabilização*..... 23

II. ESTRUTURA VERDE, ESPAÇOS PÚBLICOS, PATRIMÓNIO URBANO E

MOBILIDADES..... 25

- 1. CARACTERIZAÇÃO E FUNÇÕES DA ESTRUTURA VERDE E DOS ESPAÇOS PÚBLICOS..... 25
- 2. APROPRIAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL: ACESSIBILIDADE E PRÁTICAS DE APROPRIAÇÃO..... 28
- 3. A INTERVENÇÃO NA CIDADE: ENTRE A MANUTENÇÃO E A RECONVERSÃO/REABILITAÇÃO 32
- 4. MOBILIDADE E TRANSPORTES..... 40

III. DEFESA E PROMOÇÃO DA QUALIDADE DO AMBIENTE URBANO 44

- 1. DISPOSIÇÕES E ACÇÃO INDIVIDUAL..... 44
- 2. INTERVENÇÃO DO ESTADO 47
- 3. POSICIONAMENTOS FACE À ACTIVIDADE ECONÓMICA 52

IV. AVALIAÇÃO E PROSPECTIVA SOBRE AMBIENTE URBANO 53

- 1. PROJECTOS RESIDENCIAIS E PREFERÊNCIAS SOBRE DETERMINADAS ÁREAS RESIDENCIAIS 53
- 2. O ESTADO DO AMBIENTE EM LISBOA E NAS PERIFERIAS..... 56

Apresentação

Os resultados preliminares que aqui se apresentam reportam-se ao inquérito por questionário realizado pela equipa do projecto “Condição Social, Ambiente Urbano e Qualidade de Vida - Observação Prospectiva da Metrópole de Lisboa” integrado no OBSERVA.

De referir que esta apresentação é estritamente sobre os dados do referido inquérito, embora se pretenda, para o Relatório Final, privilegiar o cruzamento da informação recolhida através dos vários instrumentos de pesquisa accionados ao longo da investigação, nomeadamente as entrevistas a observadores privilegiados e o inquérito prospectivo a actores centrais.

A população-alvo do inquérito é composta pelos residentes na Metrópole de Lisboa com 15 ou mais anos. Os indivíduos inquiridos representam proporcionalmente cinco escalões etários de ambos os sexos: 15-23 anos, 24-35 anos, 36-49 anos, 50-64 anos, 65 anos e mais.

Optou-se por uma amostragem por quotas. Os pontos de aplicação do questionário são conjuntos habitacionais (“bairros”) seleccionados em função da sua localização no território da Metrópole (localização “central”, no concelho de Lisboa, ou “periférica”, fora do concelho de Lisboa) e das condições de habitação (“qualidade” e “tipo de alojamento”). A amostra não é, pois, representativa, não podendo inferir-se resultados para o conjunto da Metrópole¹. Em contrapartida, é mais esclarecedora no que toca às clivagens entre centro e periferia, entre diversas condições de habitação e entre “bairros” na Metrópole de Lisboa.

A dimensão total da amostra é de 826 inquiridos distribuídos por 23 quotas que representam outros tantos “bairros” da Metrópole.

¹ A não representatividade da amostra minimiza a importância do apuramento de frequências, pelo que serão apenas apresentados resultados de análise bivariada. Dados os condicionalismos próprios de um boletim, apenas se apresentarão alguns dos Gráficos dos resultados comentados em cada ponto do texto, a título ilustrativo.

Distribuição do número de inquiridos pelas zonas	
Fora de Lisboa	
CASCAIS Andares classe alta	30
CASCAIS Andares classe média alta	25
ESTORIL Moradias classe alta	40
OEIRAS Moradias classe média alta	40
BARREIRO Moradias classe média baixa	40
AMADORA Andares classe média baixa	42
ALVERCA Cooperativas habitação social	40
LOURES Clandestinos	40
MIRAFLORES Condomínios classe média alta	33
PEDREIRA DOS HÚNGAROS Habitação precária	40
ODIVELAS Habitação social	41
Dentro de Lisboa	
LAPA Andares classe alta	40
RESTELO Moradias classe alta	40
AV. NOVAS Andares classe média alta	36
S. JOÃO BRITO Moradias classe média alta	40
CARNIDE Cooperativas classe média alta	36
ALMIRANTE REIS Andares classe média baixa	32
BELÉM Moradias classe média baixa	40
CHELAS Coop. Habitação social	21
CHELAS Habitação social	40
CURRALEIRA Habitação Precária	40
ENCARNAÇÃO Moradias classe média baixa	25
ENCARNAÇÃO Andares classe média baixa	25

I. Representações sociais e problemas de «ambiente urbano»

1. Representações sociais de “ambiente urbano”

A noção de «ambiente urbano» está hoje bastante difundida nos meios científicos, técnicos e políticos enquanto objecto de problematização, conceptualização e intervenção. Em 1990, no Livro Verde Sobre o Ambiente Urbano² organizavam-se os temas enquadráveis nesta noção em três pontos:

- poluição urbana: ar, água, ruído, solo, resíduos;
- ambiente construído: estradas, ruas, edifícios, espaços abertos, áreas recreativas;
- natureza: espaços verdes e habitats naturais na cidade.

Se já aí se fazia apelo a um tratamento da questão que fosse além de uma abordagem sectorial, muitas outras contribuições posteriores foram destacando outras dimensões do tema.

Importa registar, entretanto, que a noção de «ambiente urbano» representa uma peça relativamente nova no jogo social e simbólico³ e há todo o interesse sociológico não apenas em elaborar a sua conceptualização mas também em observar como esta noção é introduzida e utilizada no jogo social a partir dos diversos sectores.

Uma das virtualidades do trabalho dos cientistas sociais - poder confrontar as suas classificações com as classificações desenvolvidas pelo seu objecto - permite ainda discutir a delimitação dos conceitos com conhecimento das representações sociais⁴ que lhe estão associadas, ou seja, tendo em conta as virtualidades simbólicas e ideológicas alargadas desses conceitos. Trata-se, no fundo, de tornar o conhecimento mais reflexivo.

Com este objectivo, numa das primeiras perguntas que foi feita no inquérito à população da metrópole de Lisboa pediu-se aos inquiridos que dissessem o que significava para eles falar-se de «ambiente urbano». Esta pergunta foi feita de forma aberta, não havendo respostas pré-determinadas, permitindo, pois, a maior espontaneidade possível na

² Comissão das Comunidades Europeias, *Livro Verde Sobre o Ambiente Urbano* (comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento), Bruxelas, 25 de Julho de 1990.

³ A questão do ambiente urbano conquistou uma identidade sobretudo a partir da Conferência de Estocolmo em 1972.

⁴ O conceito de «representações sociais» tem sido desenvolvido no âmbito das ciências sociais (por exemplo, por João Ferreira de Almeida, Jorge Correia Jesuino, Jorge Vala, José Madureira Pinto, Pierre Bourdieu ou

resposta, de forma a captar-se o máximo de amplitude das diferenças nas representações sociais sobre o tema.

O objectivo é a análise dessas diferenças de concepção e de perspectiva, de “definições” sociais da noção, e a identificação dos sectores sociais que sustentam cada uma dessas perspectivas.

Depois de uma primeira leitura das respostas dadas, que permitiu ter uma primeira visibilidade da enorme amplitude de tais respostas, optou-se por uma análise de conteúdo das representações de «ambiente urbano» estruturada em função de quatro dimensões: o nível de incidência, a conotação, o referencial e as noções associadas.

Outras duas dimensões inicialmente configuradas foram posteriormente abandonadas dada a fragilidade dos resultados apurados - com uma delas pretendia-se avaliar se a representação social de «ambiente urbano» admitia uma diferenciação interna referida a sectores sociais distintos, com a outra o objectivo era o de distinguir os inquiridos que abordam as questões do «ambiente urbano» com base na experiência quotidiana ou numa racionalização do modo de vida urbano.

Nível de incidência

Relativamente à incidência das representações sociais de «ambiente urbano», distinguiram-se três níveis - global, local e indefinido:

- O nível global integra respostas onde estão presentes aspectos alargados da noção tais como “ambiente da cidade”, “meio urbano”, “sociedade”, “bons transportes, estacionamento”;

- O nível local agrega respostas que remetem para aspectos que não ultrapassam o espaço físico de vivência imediato, tais como “onde moramos”, “problemas do bairro”, “vizinhança”, “aquilo que rodeia a habitação”;

- O nível indefinido aglutina respostas mais abstractas que não se incluem claramente nem no nível global, nem no local, tais como “o que existe à nossa volta”, “ambiente em que crescemos”.

Serge Moscovici) designando, genericamente, ideias e concepções que as pessoas fazem sobre a realidade e

A análise dos resultados permite-nos observar que o peso da incidência global nas representações de «ambiente urbano» é maioritário em todos os escalões etários considerados. Vai, contudo, decrescendo com a idade dos inquiridos excepto no caso dos que têm entre 36 e 49 anos que apresentam um valor percentual superior ao do escalão dos que têm entre 24 e 35 anos.

O dado conjuntural que sobressai é o “globalismo” das representações dos inquiridos com idades entre 36 e 49 anos. Note-se que se trata de indivíduos que eram jovens em 25 de Abril de 1974. As diferenças de idade, socialmente marcadas pelas gerações e conjunturas históricas, têm aqui, pois, alguma relevância.

Sempre maioritária, a representação global de «ambiente urbano», entretanto, cresce inequivocamente com a escolaridade - o desenvolvimento do capital escolar implica um alargamento do conhecimento e da visibilidade sobre as questões relativas ao ambiente urbano e um acentuar de problematizações, envolvimento e investimentos simbólicos em torno do nível global.

Já a incidência local das representações não segue um padrão tão claro em relação à escolarização, tendo um maior peso percentual em graus de escolaridade intermédios (2º e 3º ciclos do ensino básico).

Os inquiridos que exerciam uma actividade profissional ou que apenas estudavam na altura do inquérito são aqueles em que as representações globais têm maior peso. Pelo contrário, é entre os desempregados que o seu peso é menor. A escola e o trabalho constituem, pois, meios propícios ao desenvolvimento de preocupações e envolvimento mais “globalistas”; no desemprego essas preocupações tendem a reduzir-se⁵.

As representações globais de «ambiente urbano» são também dominantes em todas as classes sociais consideradas⁶. Têm, no entanto, um peso mais significativo nos empresários, dirigentes e liberais, e nos profissionais técnicos e de enquadramento, e um significado menor entre os operários, trabalhadores independentes e empregados executantes.

que estão associadas a características sociais dessas pessoas.

⁵ O peso igualmente baixo das representações globais entre os estudantes-trabalhadores pode implicar uma revisão desta análise e/ou um alargamento das explicações apontadas, mas o pequeno número de inquiridos nesta categoria não permite ir mais longe.

⁶ As classes sociais aqui consideradas correspondem a um modelo desenvolvido por João Ferreira de Almeida, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado.

As diferentes classes sociais retidas nesta análise não parecem mobilizar representações de «ambiente urbano» em níveis de incidência distintos. Note-se que, tratando-se de uma amostra recolhida exclusivamente na metrópole de Lisboa, estamos a falar de classes sociais num meio estritamente urbano⁷. A dominância quase invariável do nível global pode ficar-se a dever ao facto de analisarmos uma população urbana. \\ou de tratarmos o «ambiente urbano» e não o ambiente».

As representações globais de «ambiente urbano» estão mais presentes nos inquiridos que se autoposicionam politicamente no centro (centro-direita e centro-esquerda) relativamente aos extremos da escala (extrema-direita, direita, esquerda e extrema-esquerda).

Ainda que a diferença que separa este peso das modalidades centrais seja pequena, a regularidade observada parece justificar a sua menção: as diferenças no nível de incidência das representações sociais de «ambiente urbano» não distinguem a esquerda da direita - antes parecem associar-se a posições politicamente mais centrais ou mais extremadas.

No âmbito das relações entre representações de «ambiente urbano» e modelos valorativos e de orientações sociais, verifica-se que as representações globais estão mais associadas a orientações de vida para o projecto (por oposição às orientações para o convívio), principalmente para o projecto auto-centrado, enquanto os valores mais elevados nas representações locais (que continuam sempre minoritárias) estão associados ao sociocentrismo (por oposição ao autocentrismo).

As representações globais de «ambiente urbano» associam-se, ainda, à prioridade de Lisboa, do país e da Europa nos círculos territoriais com que mais se identificam os inquiridos, enquanto as locais têm um peso comparativo ligeiramente mais expressivo nas escolhas da zona onde se trabalha/estuda e do bairro. Este resultados permitem visualizar alguma continuidade entre representações sociais (ideias e concepções sobre a realidade) e círculos espaciais de identidade.

Um dos resultados gerais desta análise é a dominância das representações globais de «ambiente urbano» que é transversal às variáveis de caracterização mais usuais⁸. As

⁷ Na amostra estão representados apenas 2 camponeses e 2 assalariados agrícolas.

⁸ Estes resultados percentuais relativos à totalidade da amostra não são extrapoláveis para a população da metrópole de Lisboa, já que a amostra não é representativa desse universo, conforme se viu anteriormente. Contudo, tais resultados constituem indicações importantes sobre esse universo enquanto pistas para o seu conhecimento global. As variáveis apresentadas são aquelas que demonstraram introduzir variações

representações locais estão presentes, mas são sempre minoritárias. Ou seja, para os inquiridos falar de ambiente urbano é falar de questões que têm mais a ver com a globalidade do meio urbano e não tanto com o espaço físico de vivência imediato.

Mas para alguns, de facto, as questões de ambiente urbano são as que dizem sobretudo respeito à sua casa e arredores.

Conotação

No que diz respeito à conotação espontânea das respostas à pergunta que foi feita aos inquiridos sobre o significado de «ambiente urbano», distinguiram-se cinco modalidades: positiva, negativa, “neutra”, “normativa-reivindicativa” e mista:

- As conotações positivas correspondem a respostas como “bem-estar nas cidades” ou “maior entendimento entre pessoas”. Trata-se de respostas que exibem exclusivamente aspectos positivos associados à noção;

- As conotações negativas, por oposição às positivas, identificam respostas como “confusão, poluição, stress” ou “descuidos e maus tratos que o homem tem dado à natureza”;

- Fala-se em “conotação neutra”⁹ quando a representação de «ambiente urbano» não é classificável como positiva nem negativa (inclui respostas como “o que tem a ver com a vida citadina”, “culturas diferentes, grande aglomerado de pessoas”, “onde moramos”);

- Criou-se uma modalidade de “conotação normativa/reivindicativa”¹⁰ para identificar as respostas que se caracterizam por reivindicações (respostas como “não haver lixo nas ruas para as pessoas poderem passar”, “conjunto de condições que devem mudar para se viver melhor”);

- A modalidade “mista” integra respostas que acumulam dois ou mais dos casos anteriores e inclui respostas como “em termos ideais significa qualidade de vida, em termos

relevantes nas respostas dos inquiridos. A variável sexo, por exemplo, não se mostrou discriminativa e, portanto, não é mobilizada na análise.

⁹ Trata-se, realmente, de uma representação sem conotação. Utilizamos esta expressão apenas por razões de conveniência prática (manter alguma paridade entre as diversas modalidades).

¹⁰ Também aqui o abuso do sentido da palavra «conotação» serve apenas as conveniências práticas atrás referidas.

reais significa falta de qualidade de vida”, “ambiente que se vive nas cidades com todas as suas desvantagens (poluição e trânsito) e vantagens (mobilidade, distração, cultura”).

Seja qual for a classe social do respondente, a hierarquia das categorias é sempre a mesma: em primeiro lugar vem a ausência de conotação (“neutra”), a que se segue a conotação negativa e depois a positiva. Com valores próximos do residual vêm então a normativo-reivindicativa e a mista.

Há no entanto algumas variações percentuais a merecer registo: nas conotações positivas destacam-se os empresários, dirigentes e liberais enquanto nas negativas as classes que sobressaem são os empregados executantes e os trabalhadores liberais.

Se analisarmos agora a variação nas conotações conforme a localização e qualidade das condições da habitação dos inquiridos verifica-se que, nos casos dos que vivem na periferia da metrópole e em habitações com más condições e dos que vivem em habitações com elevadas condições no centro da metrópole, as representações são maioritariamente negativas e não “neutras” como nos restantes casos (ainda que por diferenças pequenas).

Paradoxalmente, é nos extremos desta tipologia que aparece a predominância das conotações espontaneamente negativas na representação de «ambiente urbano». No caso dos que vivem na metrópole mas fora de Lisboa e em más condições de habitação este resultado não precisa de outra explicação. No caso dos que vivem em Lisboa e que têm elevadas condições de habitação esta representação “negativista” do «ambiente urbano» não decorre seguramente dessas condições privilegiadas em que vivem. Este “negativismo” pode ficar a dever-se, por exemplo, a graus de exigência mais elevados ou à dissonância entre essas condições privilegiadas e os problemas que, em geral, a vida na cidade de Lisboa implica, como é o caso da circulação e das acessibilidades.

Nas restantes situações a ausência de conotação negativa ou positiva é sempre maioritária. Registe-se, entretanto, o caso único dos inquiridos que vivem no centro com condições médias de habitação em que, a seguir à neutralidade, sobressai o peso das conotações positivas.

A conotação parece não variar significativamente com o autopoicionamento político dos respondentes. A seguir às representações neutras, segue-se em geral a conotação negativa.

Porém, se agregarmos o número de inquiridos em todas as categorias da esquerda e da direita verifica-se que as conotações positivas têm um peso ligeiramente superior na direita enquanto as negativas sobressaem um pouco na esquerda.

Verifica-se que as conotações positivas têm maior presença nos inquiridos que residem nas Avenidas Novas (em andares de elevada qualidade habitacional) e em Belém (em moradias), e nos que se autoposicionam no centro direita e direita do espectro político. A conotação negativa tem maior expressão no centro esquerda sendo essencialmente referida pelos inquiridos de Odivelas e Loures.

Em geral, a maioria dos inquiridos não associa qualquer conotação à representação de «ambiente urbano» o que não é surpreendente já que não se perguntou aos inquiridos para avaliar a qualidade do ambiente urbano mas sim para dizerem o que isso significava para eles.

Existem, contudo, alguns inquiridos que associam imediatamente uma conotação negativa a essa representação e outros que lhe dão uma conotação positiva. Mais directa e nitidamente que a classe social ou o autoposicionamento político, são a localização e as condições da habitação que introduzem as maiores variações no âmbito das conotações nas representações sociais de «ambiente urbano», o que remete para a importância dos quadros de interacção na problematização desta questão.

Referencial

No que respeita ao referencial das representações de «ambiente urbano», distinguiram-se quatro referenciais - biofísico, social, sociobiofísico, e indefinido.

- O referencial biofísico integra apenas elementos físicos ou biológicos ou seja respostas como “espaços verdes”, “poluição”, “habitação”, “a natureza que subsiste nas cidades”, “o lixo nas ruas”;
- O referencial social inclui exclusivamente respostas como “pessoas”, “educação”, “modos de vida”;
- O sociobiofísico, o referencial mais lato, contempla respostas que juntam elementos das duas modalidades anteriores tais como “as casas, os jardins, as pessoas”, “um espaço grande com muitas pessoas e animação”, “meio urbano degradado, individualismo”, “poluição, pouco contacto inter-individual”;

- O referencial indefinido agrega respostas mais abstractas que não se incluem claramente em nenhum dos restantes referenciais, tais como “o meio em que se vive”, “um ambiente muito desenvolvido em relação ao ambiente rural”.

Não contando com as respostas indefinidas (que são em geral as que têm maior peso mas que não iremos aqui analisar), verifica-se que, se o referencial social é dominante ou quase dominante nos diversos graus de escolaridade, a passagem do 3º ciclo para o ensino secundário assinala a perda de alguma relevância do referencial estritamente biofísico para o referencial sociobiofísico.

Numa apreciação geral pode dizer-se que com o aumento do capital escolar diminui a probabilidade de se pensar sobre o «ambiente urbano» em termos estritamente biofísicos. Entre os empresários, dirigentes e liberais o referencial das representações de «ambiente urbano» com maior peso é o social, a que se segue o sociobiofísico. Nos profissionais técnicos e de enquadramento é o sociobiofísico que é maioritário, seguido do social. Nos trabalhadores independentes há um certo equilíbrio entre os diferentes referenciais. As representações dos empregados executantes e dos operários situam-se fundamentalmente num referencial social, a que se seguem o sociobiofísico, e o biofísico. O biofísico é, em geral, o que tem menos peso entre as diversas classes sociais.

Ou seja, tendencialmente os profissionais técnicos de enquadramento, classe em que o referencial sociobiofísico é característico, são, pois, os que exprimem uma maior abertura na definição de «ambiente urbano». As diferenças de pesos entre estes referenciais nas diversas classes sociais é, contudo, pequena (se exceptuarmos o caso dos empregados executantes) o que condiciona um pouco estes resultados.

Se analisarmos agora as variações dos referenciais com o autoposicionamento político dos inquiridos verificamos que, em geral, na esquerda predomina o referencial social seguido do referencial sociobiofísico, enquanto na direita há um certo equilíbrio entre os referenciais onde sobressaem ligeiramente o sociobiofísico, e o biofísico.

A diferença mais clara é entre os referenciais menos utilizados: o estritamente social na direita e o estritamente biofísico na esquerda. Isto é, entre os inquiridos que se identificam politicamente com a esquerda minimiza-se o fechamento das representações de «ambiente urbano» na dimensão biofísica do ambiente urbano, enquanto na direita é o fechamento no referencial social que é minimizado.

Como resultados globais temos, desde logo, a importância dos temas sociais quando os inquiridos falam de «ambiente urbano». O referencial biofísico, sobretudo se isolado da problemática social, se está presente mantém-se numa posição secundária.

Noções associadas

Depois de se ter verificado durante a leitura do conjunto das respostas que alguns inquiridos falam em «condições de vida» e outros em «qualidade de vida» nas suas “definições” de ambiente urbano, decidiu-se fazer uma análise dessas associações.

Os inquiridos não foram postos perante uma mesma situação de inquérito a este respeito (o que representa um requisito metodológico relevante), e o número de respondentes que refere explicitamente os termos «condições de vida» ou «qualidade de vida» é relativamente pequeno face à dimensão da amostra. Contudo, é possível descortinarem-se algumas lógicas sociológicas nos resultados, que aqui têm necessariamente apenas um valor indicativo.

A associação de «ambiente urbano» com «condições de vida» tem maior presença entre os idosos e os adultos mais velhos (embora não se possa dizer que seja significativamente maioritária); entre os 15 e os 49 anos predominam inequivocamente as associações com «qualidade de vida».

Estas diferentes associações de noções não parecem depender do capital escolar dos inquiridos: em todos os graus de escolaridade é dominante a associação de «ambiente urbano» a «qualidade de vida», com pequenas variações entre as diversas modalidades.

No que respeita à condição perante o trabalho, as associações com «condições de vida» são maioritárias no caso dos reformados, desempregados e estudantes-trabalhadores (nestes dois últimos casos os pequenos números envolvidos minimizam a importância deste resultado). A associação com «qualidade de vida» tem maior peso nos inquiridos que exercem uma profissão, estudam ou se ocupam das tarefas do lar.

Na análise das respostas por classe social, observa-se que apenas entre os operários se associa maioritariamente a noção de «ambiente urbano» à de «condições de vida» (também aqui por uma pequena diferença e com valores absolutos reduzidos); nas restantes classes sociais a associação à «qualidade de vida» é sempre maioritária, se bem que mais

expressiva entre os empresários, dirigentes e liberais, e quase a par do peso da associação com as «condições de vida» nos profissionais técnicos e de enquadramento ¹¹.

A associação da noção de «ambiente urbano» com «condições de vida» ou «qualidade de vida» parece depender, pois, do volume global de recursos dos inquiridos, em particular os que estão relacionados com a sua posição socio-profissional, como é o caso dos recursos económicos.

Também a localização e qualidade da residência dos inquiridos parece influenciar um pouco a lógica destas associações: a associação com a noção de «condições de vida» é mais viva nos respondentes que vivem fora de Lisboa e com más condições de habitação a que se seguem os que vivem no concelho de Lisboa com condições de habitação médias.

Nas restantes situações a associação com «qualidade de vida» é sempre maioritária.

Apesar de nada ser sugerido neste sentido aos inquiridos na pergunta feita, eles mobilizam para o seu discurso e para as suas “definições” de «ambiente urbano» noções como as de «condições de vida» e «qualidade de vida». Para estes inquiridos, pelo menos, as questões do «ambiente urbano» estão associadas a questões de «condições de vida» ou de «qualidade de vida».

Mais do que isso, a associação feita parece variar conforme as características sociais dos respondentes. Os mais jovens e os adultos, os que trabalham ou estudam, os que têm maiores recursos e as classes médias articulam, no seu quadro de representações sociais, o ambiente urbano e a qualidade de vida. Os idosos, os reformados e os desempregados, o operariado e os que vivem na periferia da metrópole de Lisboa em más condições de habitação associam ambiente urbano e condições de vida.

Os primeiros parecem manifestar nas suas representações de «ambiente urbano» sobretudo as suas expectativas. Os últimos manifestam os condicionamentos da sua existência e a falta de expectativas.

¹¹ Mais uma vez o pequeno número de inquiridos nalguns casos desta análise implica relativizar estes

2. Problemas de ambiente urbano

As várias áreas disciplinares e os diversos quadrantes administrativos do Estado e autarquias têm vindo a privilegiar, de uma maneira ou de outra, dimensões mais ou menos particulares de problemas de ambiente urbano.

A delimitação do(s) âmbito(s) em que se inscrevem os problemas de ambiente urbano, tal como no caso das representações de «ambiente urbano», merece ser discutida atendendo às preocupações das próprias populações.

Com este objectivo, numa outra pergunta (também aberta) do questionário pediu-se aos inquiridos da população da metrópole de Lisboa que identificassem os problemas de ambiente urbano que mais os afectam no seu quotidiano. Como seria de esperar as respostas foram as mais díspares e a amplitude dessa disparidade mais uma vez constitui uma oportunidade para se conhecerem os parâmetros sociais desta questão.

Alguns inquiridos responderam que nada os afectava no seu quotidiano em termos de problemas de ambiente urbano, demonstrando uma atitude que pode ser classificada como conformista. São em número de 23, dos quais 9 reformados, 7 que exercem uma profissão, 5 estudantes e 2 que se ocupam das tarefas do lar; 12 deles, ou seja a maioria, têm o 1º ciclo de escolaridade.

Os que não responderam a esta pergunta são em número de 29; são principalmente reformados (15) e ou não sabem ler nem escrever ou têm o 1º ciclo de escolaridade.

Para analisar as respostas utilizaram-se duas dimensões de análise: o nível de incidência e o referencial dos problemas de ambiente urbano evocados.

Nível de incidência

Tal como no caso das representações de «ambiente urbano», os problemas de ambiente urbano eleitos pelos respondentes foram divididos em problemas globais e locais, retendo-se ainda a categoria de “indefinido” para os problemas que não se enquadram claramente nas duas modalidades anteriores. Dado o elevado número de problemas que

foram considerados indefinidos, os resultados desta análise têm apenas um alcance indicativo.

- Os problemas locais agregam respostas como “ter um bairro social atrás da minha casa”, “inundações de esgotos na minha casa”, “o lixo nas ruas aqui do bairro”;

- Os problemas globais abrangem respostas como “existência de guetos”, “falta de espaços verdes”, “relacionamento dos funcionários públicos com as pessoas”;

- Entre os problemas indefinidos no que respeita ao nível de incidência encontram-se respostas como “segurança”, “falta de limpeza”, “falta de solidariedade”.

No que respeita às variações no nível de incidência relacionadas com a idade dos inquiridos verifica-se que é apenas com os mais idosos (com 65 anos ou mais) que a predominância dos problemas globais nos outros escalões etários dá lugar a um peso ligeiramente maior dos problemas locais.

É a partir dos 2º e 3º ciclos do ensino básico que os problemas de ambiente urbano identificados pelos inquiridos passam a ser predominantemente globais. Esta predominância torna-se tanto mais clara quanto mais elevado o grau de escolaridade, assumindo o maior peso relativo nos inquiridos que detêm o ensino superior.

A predominância dos problemas de ordem global é transversal às classes sociais retidas nesta amostra, se bem que o seu peso seja mais evidente nos profissionais técnicos e de enquadramento.

Os problemas locais apenas são referidos por inquiridos que vivem no centro com más condições de habitação (onde o seu peso é maior que o dos problemas globais) e por aqueles que vivem na periferia com elevadas condições de habitação e no centro com médias condições de habitação.

A associação entre o nível global das representações (analisadas no ponto anterior) e o nível global dos problemas de ambiente urbano está patente no Quadro, o que mostra a existência de uma continuidade entre essas duas ordens de questões. No entanto, entre os inquiridos que identificaram sobretudo problemas de ambiente urbano de tipo local a maior parte situa as representações de «ambiente urbano» no nível global, o que aponta para que aquela associação entre as duas variáveis possa não ser linear.

É apenas nas representações de «ambiente urbano» que se enquadram no referencial biofísico que os problemas de ambiente urbano de tipo local são maioritários. Ou seja, as

pessoas que pensam no «ambiente urbano» mobilizando fundamentalmente elementos biofísicos mostram preocupações dominantes com problemas de ordem mais local.

Nos restantes referenciais os problemas globais são dominantes.

Referencial

Para se conhecerem os aspectos da vida pessoal e social em que incidem os problemas relacionados com o ambiente urbano criaram-se seis referenciais: o das condições básicas, o biológico, o psicológico, o da sociabilidade e do relacionamento social, o da utilização do espaço urbano, o económico-financeiro e uma categoria residual de problemas diversos:

- O referencial das condições básicas incluem respostas tais como “desemprego”, “falta de habitação”, “exclusão social”, “falta de transportes públicos”, “racismo”, “falta de saneamento básico”. Esta categoria é, porventura, a mais polémica pois aglutina problemas de áreas relativamente diferentes e possivelmente não inclui alguns problemas que outros observadores achariam justificado integrar nesta modalidade. A ideia fundamental que presidiu à sua concepção foi a de ter em conta não apenas diferenças de género mas também diferenças de grau entre os problemas de ambiente urbano, criando uma modalidade de problemas associados à experiência da exclusão, para a poder comparar com outros conjuntos de problemas menos limitadores da vivência em meio urbano.

- O referencial biológico, por sua vez, integra respostas como “poluição”, “falta de higiene”, “lixo”;

- O referencial psicológico inclui o “stress”, a “confusão”, a “falta de sossego”, a “vida agitada citadina”;

- O referencial das condições de sociabilidade e relacionamento social agrega preocupações como “falta de civismo” “falta de tolerância”, “insegurança”, “problemas familiares” e “problemas de vizinhança”;

- O referencial das condições de utilização do espaço urbano abrange respostas como “trânsito”, “problemas de estacionamento”, “degradação do espaço urbano”;

- O referencial económico-financeiro inclui as preocupações com “rendas de casa”, “inflação”;

- A categoria residual de problemas diversos aglutina respostas relativamente indefinidas ou que não são claramente identificáveis com as anteriores modalidades, tais como “arrumadores”, “desorganização”.

No que concerne a variação dos tipos de problemas urbanos com a idade dos inquiridos verifica-se que as preocupações relativas à condição biológica vêm sempre em primeiro lugar seguidas dos problemas respeitantes à utilização do espaço urbano, se exceptuarmos o escalão dos 24 aos 35 anos em que estes dois tipos de problemas têm o mesmo peso.

Como veremos, esta predominância dos problemas de ordem biológica seguidos dos problemas de utilização do espaço urbano é relativamente constante nas análises realizadas. O lugar de destaque dos primeiros deve-se ao facto de se incluir aí a poluição (que foi a resposta mais comum à pergunta formulada) e o grande peso dos segundos fica a dever-se principalmente às respostas que têm a ver com os problemas de trânsito.

As diferenças de escolaridade, entretanto, introduzem aqui algumas variações relevantes. A predominância dos problemas relativos à condição biológica só é sustentada até ao ensino secundário; os que frequentam ou detêm o grau de ensino superior invocam sobretudo problemas que têm a ver com a utilização do espaço urbano, invertendo a hierarquização dos principais problemas.

Registe-se ainda que, entre os que não sabem ler nem escrever, os problemas mais referidos a seguir aos que remetem para as condições biológicas são os relativos à sociabilidade e relacionamento social (e não os que têm a ver com a utilização do espaço urbano).

Se a regularidade das condições biológicas em primeiro lugar e a utilização do espaço urbano em segundo se mantém ao longo das diversas condições perante o trabalho, observa-se entretanto que nos desempregados, estudantes-trabalhadores e estudantes o peso dos problemas relativos às condições básicas é ligeiramente superior aos de sociabilidade e relacionamento social que têm um maior peso nos que exercem uma profissão, nos que se ocupam das tarefas do lar e mesmo nos reformados.

Entre os empresários, dirigentes e liberais, e os profissionais técnicos e de enquadramento as condições de utilização do espaço urbano são mais referidas do que a condição biológica, ao passo que nas restantes classes sociais isto se inverte. Nos empregados executantes o peso das condições básicas sobressai um pouco, igualando o da sociabilidade e relacionamento social que é, em geral, a terceira modalidade com maior peso.

A predominância dos problemas relativos à condição biológica exprime-se nos inquiridos que vivem dentro de Lisboa, sejam quais forem as suas condições de habitação, e nos que vivem na periferia em condições médias de habitação. Nos que vivem na periferia com elevadas ou más condições de habitação os problemas mais evocados são os que se referem à utilização do espaço urbano. Entre estes últimos inquiridos os problemas de sociabilidade e de relacionamento social são mais invocados do que os relativos à condição biológica.

Numa perspectiva grosseira sobre o autopoicionamento político (agregando todas as categorias da esquerda numa só e as da direita também) constata-se que à esquerda como à direita no espectro político-ideológico a hierarquização dos problemas de ambiente urbano é a mesma: a condição biológica à frente, seguida da utilização do espaço urbano, da sociabilidade e relacionamento social, das condições básicas, da condição psicológica e da condição económico-financeira.

Se avaliarmos as diferenças entre as categorias centrais (centro-esquerda e centro-direita) e as não centrais (restantes categorias do espectro) observa-se a mesma regularidade.

Uma análise mais fina permite, contudo, constatar que no centro-direita o peso dos problemas de utilização do espaço urbano é ligeiramente superior ao das condições biológicas dominante nas restantes categorias.

Se cruzarmos os referenciais dos problemas com os referenciais das representações de «ambiente urbano» (analisado no ponto anterior) observam-se associações claras entre, por um lado, os referenciais biofísico e sociobifísico da representação e o referencial das condições biológicas, e por outro lado, entre o referencial social da representação e o referencial das condições de utilização do espaço urbano.

As conotações positivas das representações de «ambiente urbano» estão mais presentes entre os inquiridos com um referencial de condições biológicas, enquanto as negativas têm maior peso no referencial das condições de utilização do espaço urbano.

As ideias, as concepções, as definições - as representações sociais - que as pessoas associam à noção de «ambiente urbano» são, como vimos, heterogéneas. Os resultados da presente análise em termos do nível de incidência, referencial, conotação e noções associadas às representações sociais de «ambiente urbano» apontam mesmo para clivagens marcadas, relacionadas com as diferenças sociais e os quadros espaciais onde as pessoas habitam.

Da idade dos inquiridos, da geração a que pertencem e da posição que têm no ciclo de vida, depende principalmente o nível de incidência e as associações com «condições de vida» e «qualidade de vida».

As condições dos inquiridos perante o trabalho, que retratam também posições no ciclo de vida, introduzem igualmente variações significativas no nível de incidência e nas associações de noções.

As diferenças em termos de volume global de recursos, em particular os económicos, têm reflexos directos sobretudo nas associações às noções de «condições de vida» e de «qualidade de vida», e nas conotações mais positivas ou mais negativas ligadas à representação de «ambiente urbano».

Os recursos especificamente escolares, por sua vez, reflectem-se principalmente no nível de incidência e no referencial dessas representações.

Os quadros espaciais são importantes na formação das conotações e na associação às noções de «condições de vida» e «qualidade de vida».

As diferentes representações sociais de «ambiente urbano» estão associadas tanto a uma posição política de esquerda ou de direita (como é o caso da conotação) como a posicionamentos mais centristas ou mais extremistas (como é o caso do nível de incidência).

Volumes e tipos de recursos, quadros de interacção e sistemas ideológico-simbólicos têm, pois, incidências claras na formação e diferenciação das representações de «ambiente urbano».

O peso dos problemas que remetem para as condições biológicas (devido ao problema da “poluição” que é o mais evocado), e que são os mais referidos, destaca-se nos inquiridos que se autoposicionam politicamente à direita e diminui com a escolaridade.

Numa análise pelos diferentes níveis de escolaridade verifica-se que os problemas de ambiente urbano associados às condições básicas de vida aumentam com o grau de escolaridade até ao ensino secundário. Os problemas de ambiente urbano englobados nesta categoria são ainda sublinhados quando passamos da direita para a esquerda, em termos de autoposicionamento político. A enunciação deste tipo de problemas tem maior expressividade nas zonas que apresentam condições de habitação mais desqualificadas (habitação social e habitação precária).

Já os problemas relacionados com a condição de utilização do espaço urbano surgem com maior incidência nos inquiridos mais escolarizados, nos que se autoposicionam politicamente no centro e nos que residem em Cascais, Miraflores e Restelo, quer em andares, quer em moradias.

Os problemas de índole estritamente económica destacam-se, sobretudo, nos inquiridos com baixos níveis de escolaridade .

Os problemas de ambiente urbano relacionados com as condições de convivalidade/sociabilidade foram referidos pelos inquiridos residentes em zonas com condições de habitação muito díspares (por exemplo, em Cascais, por residentes em andares de qualidade elevada, e na Pedreira dos Húngaros, por indivíduos que vivem em habitações com condições precárias).

Tal como as representações de «ambiente urbano», também os problemas identificados pelos inquiridos como estando associados ao ambiente urbano são diversos, variando significativamente com os posicionamentos político-ideológicos, a escolaridade e a zona em que residem os respondentes.

Registe-se, ainda, que as representações e os problemas de ambiente urbano recolhidos transbordam largamente as noções correspondentes correntemente usadas nas Ciências Sociais. A conceptualização destas questões, bem como a sua abordagem em termos políticos ou de planeamento, requerendo fundamentação não podem descurar esta

diversidade de significações em jogo, diversidade essa associada a sistemas ideológico-simbólicos diferentes e ancorada em condições de vida distintas.

De registar, ainda, que os inquiridos que utilizam o transporte privado têm uma percepção dos problemas de ambiente urbano mais relacionados com as condições de utilização do espaço urbano. Ao passo que os que utilizam, sobretudo, o transporte público ou não utilizam qualquer meio de transporte indicam problemas de índole biológica.

3. A degradação do ambiente urbano em Lisboa - factores e responsabilização

3.1. Factores de degradação do ambiente urbano

Perante uma listagem de sintomas ou causas de degradação das condições ambientais de Lisboa pedia-se aos inquiridos que seleccionassem aqueles que para eles eram os mais relevantes.

Entre os operários é a poluição atmosférica o factor fundamental de degradação das condições ambientais de Lisboa, a que se seguem os problemas de trânsito e circulação, as lixeiras na cidade, a pobreza, a poluição sonora, os bairros de lata, e o excesso de carros¹². Os factores que ficam no fim da lista são a falta de espaços públicos, a degradação dos passeios e do património e, finalmente, os espaços abandonados/não utilizados¹³.

Nas restantes classes sociais são os problemas de trânsito que aparecem sempre em primeiro lugar. No caso dos empresários, dirigentes e liberais este factor é seguido pelo excesso de carros, poluição atmosférica, falta de espaços públicos e de espaços verdes, e existência de bairros de lata. Nos profissionais técnicos e de enquadramento seguem-se a poluição atmosférica, a falta de espaços verdes, a pobreza e a poluição sonora. Entre os trabalhadores independentes os factores seguintes são a poluição atmosférica, o excesso de carros, a falta de espaços verdes e a pobreza. Finalmente, nos empregados executantes aos problemas de trânsito seguem-se a poluição atmosférica, a poluição sonora, a falta de espaços verdes, as lixeiras na cidade, a pobreza e a existência de bairros de lata. Em

¹² De modo a sistematizar estes resultados, retiveram-se as cinco modalidades mais escolhidas. Nos casos em que são referidas mais do que cinco isso deve-se à existência de modalidades com igual peso (e que se tomou como ocupando um mesmo lugar na hierarquia das respostas).

¹³ Das menos importantes retiveram-se apenas as três últimas.

qualquer destas classes sociais os factores menos subscritos são a degradação dos passeios e os espaços abandonados. As lixeiras na cidade (no caso dos empresários dirigentes e liberais) e a falta de espaços públicos (caso dos profissionais técnicos de enquadramento, trabalhadores independentes e empregados executantes) são modalidades igualmente pouco referidas.

Os inquiridos que vivem na periferia da metrópole de Lisboa (quaisquer que sejam as condições da sua habitação) e os que vivem em Lisboa e têm elevadas condições de habitação identificam como primeiro factor de degradação do ambiente urbano em Lisboa os problemas de trânsito. Os que vivem em Lisboa com condições médias de habitação apontam primeiramente a poluição atmosférica. Aqueles que vivem em Lisboa mas que têm más condições de habitação sublinham antes de mais a existência de bairros de lata.

Entre estes últimos seguem-se como factores importantes as lixeiras na cidade, a pobreza, a poluição atmosférica e os problemas de trânsito, por ordem decrescente.

Nos que vivem em condições médias de habitação, quer no centro, quer na periferia da metrópole, o segundo factor é, no primeiro caso, o problema do trânsito, e no segundo caso a poluição atmosférica, a que se seguem, nos dois casos, a poluição sonora, a falta de espaços verdes, as lixeiras na cidade e a pobreza.

3.2. Exclusão e pobreza como factores de degradação do ambiente urbano

Numa outra pergunta do questionário pediu-se aos inquiridos que dissessem se estavam de acordo com a ideia de que a exclusão social e a pobreza constituem causas de degradação do ambiente urbano. Verifica-se que existe uma concordância dominante com esta afirmação que não varia com as características sociais dos respondentes. Podemos, entretanto, analisar onde é maior e menor esta concordância.

A percentagem dos que concordam com a ideia de que a exclusão e a pobreza são causas de degradação do ambiente urbano cresce dos que têm entre 15 e 23 anos para os que têm entre 24 e 35 anos, para depois decrescer com a idade, até assumir o peso mais baixo nos que têm 65 anos ou mais.

Esta concepção cresce de forma quase linear com a escolaridade, registrando-se uma ligeira quebra nos que frequentam o ensino superior. É entre os que têm o ensino superior que o peso dos que estão de acordo é maior.

O grau de concordância é maior nos empresários, dirigentes e liberais, e nos profissionais técnicos e de enquadramento do que nas restantes classes sociais. É nos trabalhadores independentes que esta ideia acolhe menor concordância.

É entre os inquiridos que vivem em más condições de habitação, quer na periferia, quer no centro, que a concordância com esta afirmação é menor.

Os inquiridos que se autoposicionam no centro do espectro político, principalmente os de esquerda (centro-esquerda) são os que mais estão de acordo com esta ideia.

3.3. Responsabilização

Perguntou-se ainda aos inquiridos para, a partir de uma lista que lhes era fornecida, dizerem quem achavam que era o principal responsável pela degradação do ambiente urbano.

A hierarquização de responsabilidades pouco varia com as características sociais dos respondentes: os cidadãos, seguidos das Câmaras Municipais estão normalmente em primeiro lugar. Vêm depois, em geral, o Ministério do Ambiente, as empresas industriais, as empresas de construção civil e os turistas. As empresas de construção civil e sobretudo os turistas são os menos responsabilizados da lista e muitas vezes não são sequer apontados.

No que toca às variações com a idade, verifica-se que os inquiridos que têm mais de 65 anos responsabilizam mais as empresas industriais do que o Ministério do Ambiente. Todos os que têm idade igual ou superior a 36 anos não chegam a responsabilizar os turistas. Os mais idosos (com 65 anos ou mais) também não atribuem responsabilidades às empresas de construção civil.

Também as diferenças de grau de escolaridade não introduzem variações assinaláveis nas respostas a esta pergunta, se exceptuarmos o caso dos inquiridos que não sabem ler nem escrever que responsabilizam sobretudo as câmaras municipais a que se

seguem então os cidadãos. Estes e os inquiridos que frequentam o ensino superior responsabilizam mais as empresas industriais do que o Ministério do Ambiente.

Nas variações com as diferenças de classe social apenas há a registar, no caso dos trabalhadores independentes, a maior responsabilização que atribuem às empresas industriais comparativamente à que dão ao Ministério do Ambiente.

Os inquiridos que se posicionam à esquerda no espectro político (esquerda e centro-esquerda) responsabilizam mais as empresas industriais do que o Ministério do Ambiente.

II. Estrutura verde, espaços públicos, património urbano e mobilidades

1. Caracterização e funções da estrutura verde e dos espaços públicos

A importância fundamental das zonas verdes na cidade foi mencionada pela maioria dos inquiridos por contribuir para o bem estar e descontração dos cidadãos. Esta categoria foi sobretudo referida pelos indivíduos com o menor e o maior nível de escolaridade, respectivamente com 46,3% e 46,6%. Os inquiridos com o 2º e 3º ciclo do Ensino Básico apontam a possibilidade do contacto com a natureza (23,8%).

Embora não existam diferenças quanto à posição sócio-profissional dos inquiridos e entre aqueles que residem dentro ou fora de Lisboa, uma análise das condições habitacionais demonstra que nas zonas de pior qualidade habitacional, independentemente de se situarem no centro ou na periferia, as zonas verdes são vistas, sobretudo, por permitirem um ambiente saudável, como por exemplo, em Odivelas, Pedreira dos Húngaros, Curraleira e Almirante Reis.

Em Carnide (52,8%) e Chelas (52,4%) a categoria “bem estar e descontração dos cidadãos” assume maior relevância. A possibilidade de contacto com a natureza foi sobretudo mencionada pelos inquiridos que residem no Estoril, Oeiras e S. João de Brito. Proporcionarem momentos de lazer foi uma opção dos indivíduos de Belém e de Cascais.

Para os mais idosos a importância das zonas verdes é evidenciada, sobretudo, por permitir o contacto com a natureza e por proporcionar momentos de lazer. Os mais jovens consideram importante as zonas verdes por permitirem um ambiente saudável.

De uma forma geral, a opção mais escolhida em todas as zonas no que se refere à importância dos espaços públicos, é o facto de estes “contribuírem para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos”, com especial incidência em Cascais (86,7%) e no Estoril (85%). São sobretudo os inquiridos escolarizados, em idade activa (24-49 anos), socialmente favorecidos (empresários, dirigentes e liberais) e que residem em alojamentos com condições de habitação elevadas, na sua maioria andares, que ressaltam este factor.

Já a opção “importância de ser um espaço de encontro com os outros” encontra-se sobretudo nos inquiridos com escolaridades baixas, com idades compreendidas entre os 50

e os 64 anos, menos favorecidos socialmente, na sua maioria operários, que vivem na periferia em alojamentos com condições de habitação precárias, nomeadamente em Loures onde este factor assume uma maior percentagem de respostas.

Por último, é de referir que a importância do “lazer e de descontração” é maioritariamente assumida por inquiridos que têm mais de 65 anos, frequentaram o Ensino Básico e Secundário, são sobretudo empregados executantes e residem no centro de Lisboa em alojamentos com condições de habitação médias, nomeadamente na zona de Almirante Reis (50,6%) e S. João de Brito (47,5%). A importância dos espaços públicos como forma de se poder “estar só” assume maior relevância nos inquiridos com idades compreendidas entre os 36 e os 64 anos, menos escolarizados, pertencem a estratos sociais menos favorecidos e residem em alojamentos com condições de habitação precárias, por exemplo na Pedreira dos Húngaros (41,7%).

À pergunta “como qualifica o espaço verde mais próximo de sua casa” quase metade dos inquiridos (43%) considera o estado bom, 29,6% considera suficiente e 15,5% muito bom. Uma apreciação mais negativa dos espaços verdes tem pouca expressividade.

A avaliação dos espaços verdes feita pelos inquiridos varia em função do seu estatuto sócio profissional, da localização da sua residência e das condições do seu alojamento. Embora quase todas as categorias sócio-profissionais qualifiquem como bom o estado das zonas verdes mais próximas da sua residência, existem diferenças relativamente à qualificação muito bom e medíocre. Os inquiridos que consideram o espaço verde mais próximo da sua casa muito bom pertencem sobretudo à categoria dos empresários, dirigentes e liberais e dos profissionais técnicos e de enquadramento, ao passo que os inquiridos pertencentes à categoria dos empregados executantes e ao operariado consideram medíocre. É, sobretudo, nas zonas de alojamento precário, do centro e da periferia, que se faz esta avaliação mais negativa, ao passo que a avaliação mais positiva é, sobretudo, referenciada pelos inquiridos que residem em alojamentos com condições médias e elevadas, situando-se no centro ou na periferia.. Numa análise pelas diferentes zonas verifica-se que 57,5% dos inquiridos que residem em Belém qualificam de muito bom as zonas verdes mais próximas da sua residência. Os da Encarnação (68%), Odivelas (68,3%) e

Estoril (67,5%) consideram Bom. Mau e medíocre surge essencialmente em Loures (52,5%) e na Almirante Reis (28.1%).

Na cidade de Lisboa, os espaços que os portugueses privilegiam para o encontro são sobretudo os jardins, as praças e os largos. Para passear, destacam-se igualmente o jardim e os parques. Relativamente aos espaços que se privilegiam para ter acesso a lojas e equipamentos destacam-se as ruas e as zonas pedonais. Os factores prazer estético e permanência surgem evidenciados de forma semelhante pelos vários espaços, mas com especial incidência no jardim e no parque.

Desta lista de preferências podemos concluir que o jardim é o lugar mais frequentemente privilegiado pelos inquiridos para desempenhar qualquer uma das funções atribuídas aos espaços públicos

O jardim é, assim, o espaço privilegiado para passear ou para o encontro para os inquiridos mais idosos, que possuem o Ensino Básico e Secundário, residem no centro da cidade em alojamentos com condições de habitação médias e precárias e pertencem aos grupos socio-profissionais dos empregados executantes e dos trabalhadores independentes.

Já quando as funções do jardim são o proporcionar prazer estético e a permanência, destacam-se os inquiridos que têm entre os 50 e os 64 anos, possuem o Ensino Secundário e Superior, residem no centro da cidade em alojamentos com condições de habitação médias e elevadas e pertencem a estratos sociais mais favorecidos (empresários, dirigentes e liberais e profissionais técnicos e de enquadramento)

Para ter acesso a lojas e equipamentos o espaço privilegiado foi a rua, sobretudo pelos inquiridos que têm entre 50 e 64 anos, possuem o Ensino Básico, pertencem ao grupo socio-profissional dos trabalhadores independentes e residem no centro da cidade em alojamentos com condições precárias de habitação.

Relativamente à praça, importa referir que é o espaço privilegiado pelos inquiridos mais idosos (mais de 65 anos), menos escolarizados, que residem no centro da cidade em alojamentos com condições precárias de habitação e pertencem a estratos sociais menos favorecidos (como o operariado).

Para a maioria dos inquiridos seria de privilegiar para a frentes de água uma actividade mista (88,9%), ou seja, não exclusivamente portuária, sendo esta opinião

partilhada, predominantemente, pelos inquiridos mais escolarizados, socialmente mais privilegiados e pertencentes ao escalão etário mais jovem. Os poucos que defendem que não deve ter nenhuma actividade portuária encontram-se na faixa etária dos 15 aos 23 anos, pertencem à categoria sócio-profissional dos trabalhadores independentes e vivem na periferia com médias condições de habitação. Os restante que defendem uma actividade exclusivamente portuária pertencem ao operariado e vivem no centro em alojamento precários.

2. Apropriação sócio-espacial: Acessibilidade e práticas de apropriação

Os espaços verdes como locais privilegiados para estar com a família e com os amigos surge na totalidade dos inquiridos como o critério que mais se destaca para uma deslocação a um espaço verde (36,7%), seguido da recordação de momentos agradáveis com 20%, e da proximidade de casa com 19,8%. A dimensão e a diversidade das zonas verdes é um critério importante apenas para 13,4% dos inquiridos, e o acesso a equipamentos não chega aos 8%. Importa referir a pouca expressividade que assumiu o factor segurança com apenas 2,2%.

Os critérios “dimensão e diversidade” dos parques e jardins e “ter equipamentos” aumenta proporcionalmente com a escolaridade e com maior incidência nos inquiridos mais jovens, a “proximidade de casa” aparece sobretudo nos indivíduos menos escolarizados e mais idosos.

A maioria das categorias sócio-profissionais elege como critério de frequência dos espaços verdes o facto destes serem um local privilegiado para estar com a família e com os amigos. A excepção aparece nos inquiridos pertencentes aos empresários, dirigentes e liberais para quem a dimensão e diversidade dos parques e jardins e a proximidade à residência são as condições mais importantes para visitar uma zona verde (ambas com 24,5%).

Se as condições habitacionais não interferem ao nível dos critérios para a frequência das zonas verdes, já o tipo de alojamento dos inquiridos induz opiniões diferentes. Assim, cerca de metade dos inquiridos que habitam em casas térreas elegem os espaços verdes para

estar com a família e os amigos, ao passo que os residentes em andares embora apontem este critério como relevante (27,3%), dão mais valor à proximidade da residência (27,7%).

De uma maneira geral, os espaços verdes mais próximos do local de residência dos inquiridos são os mais frequentemente visitados pelos inquiridos, independentemente, dos seus níveis de escolaridade, categorias sócio-profissionais e tipo de alojamento. Ao passo que as zonas verdes da cidade e aqueles que se situam fora de Lisboa merecem a deslocação dos inquiridos, apenas, uma vez por mês, registando-se uma maior procura pelas zonas verdes fora da cidade.

De facto, mais de metade dos inquiridos deslocam-se pelo menos uma vez por semana a uma zona verde do bairro da sua residência ou cerca de uma vez por mês a uma zona verde da cidade ou fora de Lisboa, ao passo que cerca de 20% nunca visitam nestas zonas um espaço verde.

A apropriação das zonas verdes nas zonas de residência dos inquiridos varia em função da sua centralidade, das condições habitacionais e do tipo de alojamento, sendo que as idades interferem tanto na visita às zonas verdes do bairro onde habitam os inquiridos, como naquelas fora de Lisboa. De facto, os inquiridos com mais de 50 anos e aqueles que habitam no centro ou na periferia da Metrópole de Lisboa em alojamentos com elevadas e médias condições de habitação são os que visitam mais frequentemente as zonas verdes mais próximas do seu local de residência, ao passo que cerca de metade dos inquiridos que vivem na periferia com condições de habitação precárias apenas se deslocam a uma zona verde do bairro cerca de uma vez por mês e os que vivem no centro com idênticas condições raramente visitam uma zona verde (42,5% nunca aí se desloca e 22,5% vai cerca de uma vez por mês). De referir, que os inquiridos residentes em andares visitam mais os espaços verdes próximos da sua residência do que aqueles que habitam em moradias, embora estas diferenças de tipo de alojamento não interfiram na apropriação das zonas verdes da cidade ou de fora de Lisboa. Os inquiridos mais jovens, mas, sobretudo, aqueles que se situam no escalão etário dos 24 aos 35 anos são os que se apropriam mais frequentemente dos espaços verdes na cidade e fora de Lisboa.

Os diferentes graus de escolaridade e de categorias sócio-profissionais dos inquiridos não interferem na frequência das deslocações às zonas verdes do bairro, no entanto, são relevantes quando se tratam de espaços verdes da cidade ou de fora de Lisboa.

Nestas situações os mais iletrados e desfavorecidos, praticamente, não os visitam, aumentando a frequência das deslocações com os níveis de escolaridade dos inquiridos e quando se sobe na escala social. As categorias mais privilegiadas são as que visitam mais frequentemente os espaços verdes quer sejam os mais próximos da sua residência, quer sejam os mais longínquos.

A grande maioria dos inquiridos parece ter uma acessibilidade facilitada aos espaços verdes mais próximos de sua casa, já que 85,5% levam apenas 15 minutos a percorrer o espaço que medeia a sua residência da zona verde mais próxima. A menor acessibilidade aos espaços verdes regista-se nos inquiridos mais desfavorecidos socialmente e naqueles que residem na periferia em alojamentos com más condições de habitação ou no centro em alojamentos com médias e precárias condições de habitação. Uma análise por zonas revela-nos as áreas mais desprovidas de espaços verdes e que obrigam a uma maior deslocação dos inquiridos entre a sua residência e o espaço verde mais próximo, são elas: a Av. Almirante Reis, Chelas, Pedreira dos Húngaros e Amadora.

Os cafés (80,5%), os restaurantes (47,1%) e as praças e largos (43,5%) são os espaços públicos mais frequentemente visitados pelos inquiridos. Ainda com uma significativa frequência de visita destacam-se as zonas pedonais (32,5%) e os centros comerciais (29,1%). Em contrapartida, os Museus/Galerias e o Centro Cultural de Belém registam os menores índices de frequência, 3,9% e 3,2% respectivamente.

A apropriação dos diferentes espaços públicos varia em função da idade, graus de escolaridade, classes socio-profissionais e das condições habitacionais e centralidade do local de residência.

Uma frequência mais assídua de visita aos cafés e às praças e largos verifica-se nos inquiridos muito jovens (15-23 anos), sendo no caso das praças e largos igualmente de destacar a classe etária dos 50-64 anos. Relativamente à escolaridade e à classe socio-profissional, são sobretudo inquiridos que frequentaram o Ensino Secundário ou estão a frequentar o Ensino Superior e pertencem aos Trabalhadores independentes ou aos empregados executantes. Por fim, os cafés e as praças e largos vêem-se frequentemente visitados pelos inquiridos que residem com maior incidência no centro com médias condições de habitação.

Relativamente às zonas pedonais, são os inquiridos mais jovens, com o Ensino Secundário e que vivem no centro em alojamentos com condições de habitação médias que apresentam o mais elevado índice de frequência de visita.

O Colombo é frequentemente visitado por inquiridos muito jovens (15-23 anos), que frequentam o Ensino Superior, que residem na periferia em alojamentos com condições elevadas de habitação e pertencem a estratos sociais favorecidos (empresários, dirigentes e liberais). A escolaridade e a classe etária dos inquiridos que visitam mais frequentemente os outros Centros Comerciais é semelhante às dos que frequentam o Colombo, variam contudo as condições da habitação (condições médias) e a classe socio-profissional (empregados executantes).

Os restaurantes são sobretudo frequentados pelos inquiridos que têm entre os 24 e os 35 anos, possuem o Ensino Superior, pertencem a estratos sociais favorecidos (empresários, dirigentes e liberais) e residem na periferia em alojamento com elevadas condições de habitação.

O Centro Cultural de Belém e os Museus e Galerias são expressivamente frequentados por inquiridos em idade activa (24-35 anos), que possuem o ensino Superior, pertencem a estratos sociais favorecidos e residem tanto no centro como na periferia da cidade em alojamentos com elevadas condições de habitação.

Para concluir, importa referir que os inquiridos mais idosos, pouco escolarizados e que pertencem profissionalmente ao operariado e aos trabalhadores independentes são aqueles que mais raramente visitam os espaços públicos.

A frequência de visita às zonas ribeirinhas aumenta proporcionalmente com os níveis de escolaridade, com o estatuto sócio-profissional e à medida que diminuem as idades dos inquiridos. São, assim, os indivíduos mais escolarizados, mais jovens socialmente mais privilegiados que pelo menos uma vez por semana se deslocam aos espaços ribeirinhos. É ainda de referir que estas zonas são, sobretudo, visitadas pelos inquiridos residentes na periferia em alojamentos com condições de habitação elevadas.

3. A intervenção na cidade: entre a manutenção e a reconversão/reabilitação

Quando se colocou aos inquiridos a possibilidade de intervir em determinados espaços da cidade de Lisboa (Cais do Sodré, Rato, Terreiro do Paço, Martim Moniz, Av. Almirante Reis, Parque Monsanto, Calçada Carriche) verificou-se que a Calçada Carriche era dos espaços onde quase metade dos inquiridos (46,8%) defendia a sua reconversão. São sobretudo os inquiridos em idade activa, com o Ensino Superior, das profissões técnicas intermédias ou profissionais liberais, empresários ou directores, e que vivem no centro da cidade em alojamentos com condições de habitação elevada que mais apontam a necessidade da reconversão da Calçada da Carriche. Por seu lado, os indivíduos com 50 ou mais anos, com o 1º Ciclo do Ensino Básico, trabalhadores independentes a residirem no centro da cidade com condições de habitação precárias, defendem que não se deve efectuar qualquer intervenção neste espaço. A defesa de uma posição mais radical, isto é, a necessidade da renovação/demolição da Calçada da Carriche pertence sobretudo a inquiridos em idade activa (24-35 anos), a frequentarem ou com o Ensino Superior, de profissões técnicas intermédias e que residem no centro de Lisboa com condições de habitação médias.

Embora mais de metade dos inquiridos tenha uma opinião formada sobre a forma como se deveria intervir na Calçada da Carriche, é aqui que se regista o maior valor relativo de não respostas (30,5%).

No que diz respeito à Almirante Reis, destaca-se no âmbito da sua intervenção a opção “reconverter” com aproximadamente 40% das respostas. São os inquiridos mais jovens e escolarizados, socialmente favorecidos e que residem em alojamentos com condições de habitação elevadas, tanto no centro como na periferia da cidade, que mais defendem esta opção. Por seu lado, 27,9% dos inquiridos, consideram mais correcto não efectuar qualquer intervenção na Almirante Reis. Esta opção é tomada sobretudo pelos inquiridos muito jovens (15-23 anos), com escolaridades baixas, empregados executantes ou trabalhadores independentes e que residem no centro de Lisboa em alojamentos com condições de habitação precárias.

Relativamente ao Cais do Sodré, 41,6% dos inquiridos considera que este espaço deveria ser reconvertido ou renovado, contra aproximadamente 34% que respondeu no sentido de não ser feita qualquer intervenção. A opção “reconversão”, à semelhança do que

sucedeu relativamente à Calçada da Carriche e à Almirante Reis, é especialmente defendida pelos inquiridos em idade activa, com elevada escolaridade, que pertencem a estratos sociais favorecidos e que residem na periferia em alojamentos com condições de habitação elevadas. Mais uma vez, são os inquiridos mais idosos, menos escolarizados, na sua maioria trabalhadores independentes e que residem no centro da cidade em alojamentos com condições de habitação precárias a referirem como correcta a manutenção do Cais do Sodré sem haver necessidade de qualquer intervenção. A renovação/demolição do Cais do Sodré é sugerida pelos inquiridos com idades compreendidas entre os 50 e os 64 anos, com o Ensino Básico e que residem no centro da cidade com condições de habitação médias.

O Terreiro do Paço seguido do Martim Moniz e Largo do Rato foram os espaços que registaram o maior número de respostas na opção “manter”, 70,2%, 48,6% e 45,7% respectivamente. São sobretudo os inquiridos com idades compreendidas entre os 36 e os 49 anos, ou com mais de 65 anos, com baixos níveis de escolaridade, na sua maioria trabalhadores independentes ou operários, a residirem no centro da cidade com condições de habitação médias e precárias, que defenderam a manutenção destes espaços da cidade.

O Parque de Monsanto regista, igualmente, uma expressiva percentagem de respostas na opção “manter” (51,4%). Porém, aqui são os indivíduos com idades compreendidas entre os 24 e os 35 anos, com o Ensino Básico, trabalhadores independentes e que residem, ou na periferia com condições de habitação médias, ou no centro em alojamentos com condições precárias de habitação, que assumem a defesa desta solução.

Por sua vez, a reconversão/requalificação destes quatro espaços (Terreiro do Paço, Martim Moniz, Largo do Rato e Parque de Monsanto) é defendida, mais uma vez, pelos inquiridos mais jovens e escolarizados, socialmente favorecidos (empresários, dirigentes e liberais, profissionais técnicos e de enquadramento) e que residem no centro de Lisboa em alojamentos com condições de habitação elevadas, à excepção das respostas referentes à intervenção no Parque de Monsanto e Largo do Rato, onde os inquiridos residem igualmente em alojamentos com condições de habitação elevada, porém, na periferia.

Pode-se concluir da análise realizada a este pergunta que o efeito geracional e escolar condiciona determinantemente o que os inquiridos consideram correcto fazer no âmbito da intervenção em determinados espaços da cidade de Lisboa.

Verifica-se que em termos de soluções para os vários espaços a reconversão trata-se de uma opção privilegiada pelos inquiridos mais escolarizados, registando-se o maior número de não-respostas nos inquiridos menos escolarizados. Não fazer qualquer intervenção nos mesmos espaços surge preferencialmente nos indivíduos menos escolarizados. Em termos etários, os inquiridos que optam pela reconversão situam-se entre os 24 e os 35 anos, ao passo que não fazer qualquer intervenção é a solução preferida pelos mais de 65 anos. Em termos de posicionamento político não se encontram diferenças relativamente às opções a reter para cada um dos espaços identificados.

Relativamente ao C. Comercial Amoreiras 79,6% dos inquiridos considera que se deve manter este centro comercial sem realizar qualquer intervenção, sendo esta posição assumida maioritariamente pelos grupos mais escolarizados e socio-profissionais mais favorecidos, residindo no centro e na periferia com condições de habitação elevadas . Apenas 6,1% defende a sua reconversão e ainda com menor expressividade surge a renovação/demolição com 3%. Uma análise pelos vários escalões etários faz destacar que são os inquiridos mais jovens e a frequentar o ensino Superior a defender uma reconversão do C.Comercial das Amoreiras.

A maioria dos inquiridos considera que se deve manter os pátios populares (56,4%), não sendo as diferenças de escolaridade e idade muito significativas relativamente a esta posição. Uma análise pelos grupos socio-profissionais e condições de habitação demonstra que são os inquiridos pertencentes à categoria dos trabalhadores independentes e que residem no centro em alojamentos com condições de habitação precárias que defendem mais expressivamente a manutenção destes espaços. A reconversão dos pátios populares é uma opção dos inquiridos mais jovens, escolarizados (39,9% tem o Ensino Superior) e que pertencem socialmente aos profissionais técnicos e de enquadramento, residindo no centro em alojamentos com elevadas condições de habitação.

À medida que aumenta a escolaridade a opção mais escolhida para a Gare Marítima de Alcântara é a sua reconversão (50,9% frequência do Ensino Superior e 53,4% completaram o Ensino Superior). A reconversão foi, sobretudo, mencionada pelos inquiridos socialmente mais favorecidos (empresários, dirigentes e liberais com 59,2). Por seu lado os indivíduos menos escolarizados e pertencentes à classe socio-profissional dos trabalhadores independentes optam por não fazer qualquer intervenção (39,2% têm o 2º e o

3º Ciclo do Ensino Básico e 38,8% têm o Ensino Secundário). Registam-se diferenças relativamente às condições de habitação dos inquiridos, sendo que aqueles que habitam no centro e têm más condições de habitação referiram a manutenção da Gare Marítima de Alcântara como a opção a privilegiar, enquanto que a reconversão é, sobretudo, defendida pelos inquiridos que vivem no centro da cidade com elevadas condições de habitação.

As intervenções possíveis para o Cinema Condes recaem de forma aproximadamente equitativa entre a opção manter 28,6% e reconverter 26,8%. A primeira opção é defendida, sobretudo, pelos inquiridos mais idosos, que possuem o Ensino Básico e Secundário, pertencem à categoria socio-profissional dos empregados executantes e residem no centro da cidade em alojamentos com condições de habitação médias e precárias. Reconverter o cinema condes foi mencionado, maioritariamente, pelos inquiridos mais escolarizados, em idade activa (24-35 anos), de profissões técnicas e intermédias e que residem no centro com condições de habitação elevadas.

Relativamente aos Armazéns Portuários os inquiridos consideram em primeiro lugar mais importante a reconversão destes espaços (42,7%), seguida pela renovação/ demolição com 25,6%. A reconversão é defendida, sobretudo, pelos inquiridos mais escolarizados, em idade activa, socialmente mais favorecidos (empresários, dirigentes e liberais), situando-se na faixa etária dos 15 aos 23 anos e residindo na periferia com elevadas condições de habitação. A renovação/demolição é defendida sobretudo pelo grupo dos inquiridos com idades compreendidas entre os 15 e os 23 anos, possuem o Ensino Secundário ou estão a frequentar o Ensino Superior, socio-profissionalmente pertencem aos profissionais técnicos e de enquadramento e residem no centro da cidade com elevadas condições de habitação.

Relativamente à intervenção que está a ser feita no Chiado a maioria dos inquiridos está de acordo (59,7%), 21,9% não concorda e 18,4% não sabe ou não responde.

Os que estão de acordo são os mais jovens (70% dos 15 aos 23 anos) e os que têm o Ensino Secundário (60,6%) ou a frequência do Ensino Superior (69,9%), pertencem ao grupo dos profissionais técnicos e de enquadramento e residem no centro em alojamentos com condições de habitação médias e precárias.

Aqueles que não estão de acordo com esta intervenção têm entre os 50 e 64 anos (30,2%), têm o Ensino Superior (29,6%), pertencem a estratos sociais mais favorecidos

(empresários, dirigentes e liberais representam 32,7%) e residem na periferia em alojamentos com condições de habitação elevadas (34,7%).

Quando se perguntou aos inquiridos aquilo que na sua opinião deveria ter sido feito no Chiado verificou-se que a maioria ou optava pela reabilitação dos edifícios, mantendo as mesmas funções (39,2%) ou reconvertia os edifícios antigos, introduzindo novas funções (38,1%).

A opção pela reconversão dos edifícios aumenta proporcionalmente com o aumento da escolaridade, atingindo nos indivíduos com o ensino superior 55,8% e no grupo dos empresários, dirigentes e liberais 65,3%. Os mais novos e os inquiridos que residem tanto no centro como na periferia com elevadas condições de habitação são também aqueles que mais privilegiam esta opção. A reabilitação dos edifícios foi uma opção privilegiada pelos inquiridos mais idosos (47,2%) e com o 1º Ciclo do Ensino Básico (50,7%). Em termos socio-profissionais os inquiridos pertencem ao grupo dos trabalhadores independentes ou ao operariado e residem, sobretudo, no centro da cidade em alojamentos precárias e na periferia em alojamentos com condições de habitação medianas. Relativamente, ao posicionamento político não se encontram diferenças relativamente às opções que deveriam ter sido tomadas para o Chiado.

Quando solicitados para procederem a uma avaliação sumária do edifício onde habitam, os inquiridos referem que é a sua fachada que se encontra mais degradada, seguida do telhado e do interior.

Relativamente ao alojamento, os inquiridos destacam as canalizações como factor expressivo do seu mau estado de conservação. Com menor incidência é referida a degradação do interior em geral do alojamento.

Por fim, é a envolvente que surge referenciada de forma mais negativa comparativamente com as avaliações do estado de conservação do edifício e alojamento.

Importa ainda referir que o efeito das condições de habitação se evidencia de forma significativa relativamente à avaliação efectuada ao estado de conservação do edifício, do alojamento e da envolvente onde habitam os inquiridos. São os inquiridos que residem tanto no centro da cidade como na sua periferia, em alojamentos com elevadas condições

de habitação, nomeadamente em Cascais, Estoril, Restelo, Miraflares, S. João de Brito, que referem como muito bom e bom o estado de conservação desses espaços. A única excepção reporta-se a Alverca (cooperativas de habitação social, andares classe média baixa) onde a avaliação é igualmente bastante positiva. No extremo oposto, evidencia-se nos inquiridos que residem na Pedreira dos Húngaros, Curraleira e na Almirante Reis em condições precárias de habitação, um maior peso de respostas que recaem no mau e medíocre estado de conservação dos edifícios, alojamentos e envolventes destas zonas.

Na maioria das zonas o edifício/alojamento onde reside o inquirido não beneficiou de programas de apoio à sua recuperação/conservação (83,4%) e apenas 7,3% dos inquiridos mencionaram que tiveram algum apoio. A habitação social destaca-se por ser onde se verifica o maior número de programas de apoio à recuperação com 34 edifícios/alojamentos. Os operários são o grupo socio-profissional que mais beneficiou destes programas.

Os problemas com a recuperação do alojamento variam em função do estatuto residencial e do tipo de alojamento. Desta forma, verifica-se que são os arrendatários que mais problemas sentem com o seu alojamento, pertencendo aos trabalhadores independentes e residindo no centro em andares com médias condições de habitação. Por sua vez, os proprietários que sentem problemas pertencem ao operariado e residem em andares na periferia com condições precárias de habitação.

A primeira hipótese destacada pelos arrendatários para solucionar os problemas da conservação/recuperação do seu alojamento foi o “estabelecimento de um acordo formal ou escrito entre o arrendatário e o proprietário na partilha dos custos de recuperação/manutenção, com benefícios recíprocos e sem alterar o estatuto de propriedade” (54,8%). Esta hipótese foi levantada pelos inquiridos que residem no centro da cidade em alojamentos com condições de habitação médias e pertencem ao grupo socio-profissional dos trabalhadores independentes.

A segunda hipótese mais mencionada, sobretudo defendida pelos inquiridos pertencentes aos grupos socio-profissionais dos empresários, dirigentes e liberais e dos empregados executantes e que residem na periferia em alojamentos com condições de

habitação elevadas e médias, sugere “a diminuição do valor da renda em proporção aos encargos económicos de recuperação do alojamento realizados pelo arrendatário” (19,2%).

A hipótese que atingiu uma adesão mais residual (7,7%) referia “o aumento progressivo das rendas de acordo com as obras a realizar pelo proprietário”, não fosse esta uma pergunta exclusivamente colocada aos arrendatários.

Colocados perante o questionamento das razões que interferiram para a não conservação/recuperação do alojamento os proprietários destacaram de forma expressiva as dificuldades económicas (56,7%). As razões económicas foram nomeadamente referidas com especial incidência pelos proprietários que possuem alojamentos com precárias condições de habitação na periferia da cidade e pertencem a estratos sociais menos favorecidos.

O facto de haver um acesso dificultado ou mesmo um desconhecimento da existência de apoios institucionais a este nível não registou valores significativos (6,2%) não se encontrando nomeadamente diferenças assinaláveis quanto à classe socio-profissional e à centralidade/condições da habitação dos inquiridos.

Mais de metade dos inquiridos (65%) defende que “o Estado deveria obrigar e/ou apoiar a recuperação de edifícios privados degradados de valor patrimonial”. Apenas 16,4% defende que deveria ser o proprietário a recuperar o edifício ou vendê-lo com vista a ser recuperado. Por fim, com menor expressividade surge a opinião de que o Estado deveria assumir a propriedade e a recuperação do edifício (14,3%).

Estas posições não registam clivagens quando analisadas pela classe etária e graus de escolaridade. No entanto, por grupos socio-profissionais verifica-se que os inquiridos que pertencem aos empresários, dirigentes e liberais e aos profissionais técnicos de enquadramento e que residem no centro com elevadas e médias condições de habitação são os que defendem, maioritariamente, que o Estado deveria obrigar e/ou apoiar a recuperação de edifícios privados degradados de valor patrimonial. Aqueles que defendem que deveria ser o proprietário a recuperar o edifício ou vendê-lo com vista a ser recuperado são sobretudo os que pertencem ao grupo socioprofissional dos trabalhadores independentes e que residem na periferia com médias condições de habitação. A opinião de que o Estado deveria assumir a propriedade e a recuperação do edifício é partilhada pelos inquiridos que

pertencem ao operariado e residem na periferia em alojamentos com condições de habitação precárias.

À pergunta como qualifica o estado de conservação do património da zona onde vive quase metade dos inquiridos (42,4%) considera o estado bom, 10,7% considera muito bom e 32,1% considera suficiente. Uma apreciação mais negativa surge com menor expressividade: medíocre com 8,4% e má apenas com 6,4%.

Uma avaliação mais favorável verifica-se nos inquiridos mais escolarizados, que são ou muito jovens (têm entre 15 e 23 anos) ou têm mais de 65 anos, pertencem aos grupos socio-profissionais dos empresários, dirigentes e liberais e dos profissionais técnicos e de enquadramento e residem tanto no centro como na periferia da cidade em alojamentos com condições de habitação elevadas. Já os inquiridos menos escolarizados, que têm entre 24 e 49 anos, pertencem ao operariado ou são empregados executantes e residem no centro da cidade em alojamentos com condições precárias de habitação formulam uma consideração mais negativa no âmbito da qualificação do estado de conservação do património da zona onde vivem.

A avaliação efectuada ao estado de conservação do património da área envolvente da residência dos inquiridos reúne igualmente considerações satisfatórias. Aqui o maior peso de respostas recai na categoria “suficiente” (41,7%) e “bom” (39,2%). Apenas 5,6% faz uma avaliação muito positiva. Os restantes 10,1% considera “medíocre” e 3,4% “mau”.

Apenas a escolaridade e as condições da habitação surgem como variáveis explicativas no âmbito da avaliação realizada pelos inquiridos ao estado de conservação do património da área envolvente à sua residência. Assim, se os inquiridos menos escolarizados e que residem em alojamentos com elevadas condições de habitação efectuam uma avaliação positiva a este nível, já os mais escolarizados e que residem em alojamentos com condições precárias de habitação são mais críticos relativamente à sua situação.

Já no que se refere ao estado de conservação do património de Lisboa as avaliações são menos abonatórias. Destacam-se, assim, as avaliações de “suficiente” com 49,6% e “medíocre” com 26,2%. Apenas 16,6% considera “bom” e “muito bom” surge com o valor residual de 0,7%.

Na qualificação do estado de conservação do património de Lisboa o efeito geracional, escolar, socio-profissional e residencial evidencia-se relativamente à avaliação efectuada, pois é nos inquiridos mais idosos, menos escolarizados, que pertencem socio-profissionalmente ao operariado e que residem no centro da cidade em alojamentos com condições de habitação precárias que encontramos uma avaliação mais positiva a este nível. Por oposição, encontra-se uma postura mais crítica nos inquiridos mais jovens e mais escolarizados, que pertencem a estratos sociais mais favorecidos (empresários, dirigentes e liberais) e residem na periferia em alojamentos com condições de habitação elevadas.

4. Mobilidade e transportes

Os principais meios de transportes que os inquiridos utilizam para ir trabalhar ou estudar variam em função da idade, da condição perante o trabalho, das categorias sócio-profissionais e das zonas onde residem.

Os inquiridos com mais de 50 anos praticamente não utilizam qualquer meio de transporte, sendo que aqueles com mais de 65 anos apenas recorrem ao transporte público para se deslocarem, não utilizando assim qualquer outro meio de transporte. Aqueles que mais utilizam o transporte privado, como o automóvel pessoal ou da empresa são os indivíduos que se situam na faixa etária dos 24 aos 35 anos. 41,9% dos inquiridos entre os 36 e os 49 anos não utilizam qualquer meio de transporte ou recorrem ao transporte privado pessoal (33,8%). Os mais jovens utilizam tanto o transporte privado pessoal, como o transporte público, ambos com o valor relativo de 34,4%.

De referir que os inquiridos que não utilizam qualquer meio de transporte ocupam-se das tarefas do lar, estão reformados ou desempregados, ao passo que o transporte público é, sobretudo, um meio de deslocação dos estudantes-trabalhadores e dos estudantes. Aqueles que exercem uma profissão optam preferencialmente pelo transporte privado - pessoal ou da empresa - (53,2%), havendo 25,1% dos inquiridos que utiliza o transporte público.

O transporte privado é um meio de deslocação privilegiado para os inquiridos que pertencem aos empresários, dirigentes e liberais (55,1%) e aos profissionais técnicos e de enquadramento (50%). Apenas metade dos inquiridos pertencentes a empregados executantes e ao operariado utilizam meios de transportes para se deslocarem para o local

de trabalho ou estudo, optando preferencialmente pelo transporte público, 30,5% e 23,9% respectivamente, embora nestas categorias socio-profissionais o transporte privado também mereça lugar de destaque (22,3% e 18,3% respectivamente).

Uma análise pelas diferentes áreas de residência dos inquiridos demonstra que nas zonas de maior qualidade habitacional, sejam elas do centro ou da periferia, os indivíduos optam, sobretudo, pelo transporte privado (47,4% e 40,2%), recorrendo aos transportes públicos apenas 12,9% e 11,6% dos inquiridos. Os residentes em Cascais em andares de classe alta são os que mais utilizam o transporte privado, seguidos pelos de Miraflores que habitam em andares de classe média alta, num condomínio.

Nas diferentes zonas de qualidade habitacional média ou de alojamento precário, os inquiridos demonstram um comportamento idêntico no que respeita às suas formas de deslocação para o local de trabalho ou estudo: cerca de metade dos indivíduos não utiliza qualquer meio de transporte, mas quando utiliza opta, preferencialmente, pelo transporte público, sendo os habitantes da Curraleira que mais recorrem a esta forma de deslocação. Também aqui não se registam clivagens territoriais entre centro e periferia no que respeita aos meios de transportes privilegiados pelos inquiridos.

Relativamente ao tempo médio diário para chegar ao local de trabalho ou de estudo verifica-se que aqueles que levam mais de 30 minutos utilizam principalmente o transporte público. Os inquiridos que para percorrem a distância entre o seu local de residência e o sítio onde trabalham ou estudam levam até 30 minutos utilizam o transporte privado – pessoal ou da empresa – (49,1%). 24,9% destes inquiridos utiliza o transporte público.

Não existem diferenças ao nível da condição perante o trabalho em termos de distância a percorrer entre o local de residência e o local de trabalho ou estudo. Já no que diz respeito às categorias sócio-profissionais verifica-se que as mais favorecidas são as que percorrem uma distância mais elevada, ao passo que os inquiridos pertencentes aos grupos dos trabalhadores independentes, empregados executantes e operariado trabalham ou estudo mais próximo do local de residência, daí o facto de cerca de metade deles não utilizar qualquer meio de transporte nas suas deslocações quotidianas. Embora existam diferenças nas distâncias percorridas, a maioria dos inquiridos não leva mais de 30 minutos a chegar ao local de trabalho ou estudo. Em termos territoriais e de qualidade do alojamento verifica-se que os inquiridos residentes no centro, independentemente das suas condições

habitacionais têm, de uma maneira geral, de percorrer distâncias elevadas. Apenas os inquiridos da periferia e residentes em zonas com condições de habitação médias ou baixas percorrem, diariamente, uma distância curta.

Os inquiridos que residem no Barreiro são os que levam mais tempo a chegar ao local de trabalho ou estudo (mais de 1 hora e 30 m). A grande maioria dos residentes nas Avenidas Novas e na Lapa leva, em média, até 30 minutos nesta deslocação diária (96% e 90% dos inquiridos, respectivamente).

Perante a pergunta se tencionavam, a curto prazo, vir a mudar de transporte público verificou-se que cerca de metade dos inquiridos que utilizam o transporte privado para se deslocarem para o trabalho ou para o local de estudo não indicaram qualquer perspectiva de mudança (48,6%). Ao passo que os inquiridos que regularmente utilizam o transporte público fazem tensões de vir a mudar de meio de deslocação (48,4%). Relativamente às razões de mudança constata-se que 36,7% dos inquiridos que utilizam o transporte público pensam vir a comprar automóvel ou utilizar um carro da empresa para se deslocarem para os seus locais de trabalho ou estudo, 21,7% pensa mudar de local trabalho, estudo ou residência, não se adequando o transporte público com as novas localizações residenciais, profissionais e escolares. 31,1% dos inquiridos que percorrem uma distância curta entre o local de trabalho ou estudo e a zona onde habitam pensam vir a mudar de meio de transporte pelas mesmas razões. Pelo contrário, aqueles que percorrem uma distância elevada apontam como principal razão de mudança de meio de transporte a compra de automóvel ou cedência por parte da empresa (27,8%) e de igual maneira apontam como razões de mudança aspectos relacionados com as qualidades e as deficiências associadas aos transportes públicos (ambas as razões com 16,7%).

De facto, a maioria dos inquiridos que utiliza, actualmente, como meio de deslocação o transporte privado pessoal pensa continuar a utilizá-lo no futuro (69%). Já os inquiridos que utilizam o transporte privado da empresa, para além de privilegiarem no futuro o transporte privado pessoal (36,4%), também referem o transporte público (31,8%). Os inquiridos que, hoje, optam pelo transporte público quando confrontados com a pergunta sobre o meio de transporte a utilizar no futuro, cerca de metade referiu o mesmo meio de deslocação (44,8%), 32,1% o transporte privado pessoal e 18,2% o misto.

A escolha do automóvel como o meio de transporte que os inquiridos pensam vir a utilizar no futuro é uma opção que varia no sentido inverso da escala social. Temos, assim, que 65,7% dos inquiridos que pertencem aos empresários, dirigentes e liberais pensam utilizar no futuro o transporte privado, pessoal ou da empresa, contra 38,5% dos inquiridos pertencentes ao operariado. Esta categoria sócio-profissional reúne o maior valor relativo no que respeita à utilização futura do transporte público. Os inquiridos residentes nas várias zonas da amostra demonstraram uma apetência especial pelo transporte privado a utilizar no futuro, com excepção daqueles que se localizam no centro e têm baixas condições habitacionais, para os quais o transporte público merece lugar de destaque (49,4%).

Os inquiridos que pensam utilizar no futuro o transporte privado são os que encontram neste meio de transporte as maiores vantagens por oposição ao transporte público: 39,2% indicaram como principal razão de mudança relativamente ao transporte que actualmente utilizam a compra de automóvel ou cedência por parte da empresa, 14,9% refere aspectos relativos à qualidade do transporte privado (comodidade, rapidez...) e 13,5% aponta deficiências nos transportes públicos.

Aqueles que pensam utilizar no futuro o transporte público indicam como razão principal de mudança face à situação actual a mudança de local de trabalho, estudo ou residência (50%). Outros há que reconhecem qualidades ao transporte público (30,6%).

Relativamente aos meios de transportes desejáveis para circular em Lisboa existe uma grande consensualidade entre os inquiridos, não se registando clivagens significativas entre os graus de escolaridade, a origem social, as diferenças territoriais e as condições habitacionais. Desta forma, a maioria dos inquiridos elege o metro conjugado com outros transportes públicos (64,5%), sendo que o metro só por si reúne 24,1% das respostas. Já relativamente às idades o mesmo não se passa. O metro, por exemplo, é uma escolha dos inquiridos mais novos e dos que se situam entre os 36 aos 49 anos. Os mais idosos referem o autocarro e o metro (30,6%) ou o autocarro com outros meios de transportes (11,1%).

III. Defesa e promoção da qualidade do ambiente urbano

Uma das questões mais relevantes a tratar num estudo como este é a do suporte que a defesa e promoção da qualidade do ambiente urbano tem nas pessoas.

Essa promoção pode assentar em diversos factores. Num nível mais pessoal, pode-se avaliar a dimensão dos comportamentos e disposições individuais convergentes com esse objectivo. Ainda no terreno da acção, mas agora na sua vertente colectiva e organizativa, podemos determinar graus e tipos de participação ou apoio que visem a defesa do ambiente urbano. Pode-se, ainda, ter em conta o maior ou menor apoio a diversas acções do Estado e das autarquias neste campo, e as opiniões relativamente às áreas a privilegiar nessa acção. Igualmente importante é conhecer o posicionamento das pessoas face ao crescimento económico e a sua atitude no que respeita à intervenção do Estado nas empresas com vista à regulação do ambiente na sua acepção genérica.

É para estas questões que se vai, de seguida, dirigir a atenção, mobilizando o conjunto dos resultados do inquérito por questionário realizado a residentes na metrópole de Lisboa.

1. Disposições e acção individual

Avaliar as potencialidades em termos de acção individual na defesa de melhores condições em termos de ambiente urbano aconselha uma perspectiva em que se complemente o conhecimento das práticas, do que realmente é feito nesse sentido, com o conhecimento das orientações, atitudes e opiniões das pessoas relativamente à defesa dessas condições.

No questionário introduziram-se duas perguntas com as quais se pretende ter informação complementar sobre este tema. Numa dessas perguntas pede-se às pessoas para dizerem com que frequência colocam diferentes resíduos (papel, vidros, plásticos e pilhas) nos locais próprios (papelões, plasticões, vidrões e latões respectivamente)¹⁴. Noutra questão perguntou-se às pessoas se acham que para enfrentar os problemas de ambiente urbano é necessário alterar hábitos de vida e participar nas soluções desses problemas ou se

não adianta fazer nada, partindo do pressuposto de que tais problemas não têm solução. Com esta última avalia-se (indirectamente mas possivelmente com maior eficácia) a maior ou menor abertura das pessoas para mudar os seus próprios hábitos e para se envolverem na causa.

No que toca à primeira questão, verifica-se que a prática quotidiana de colocar os resíduos nos locais próprios (que equivale à resposta “sempre” no Quadro) cresce com a idade até ao escalão dos inquiridos que têm entre 24 e 35 anos, no caso das pilhas, e dos inquiridos que têm entre 36 e 49 anos, no caso dos restantes resíduos, para depois decrescer até aos respondentes com 65 anos ou mais (que representam percentagens semelhantes aos que têm entre 15 e 23 anos). Estas práticas individuais de defesa das condições de ambiente urbano são, portanto, protagonizadas principalmente pelos adultos e adultos jovens.

As percentagens dos inquiridos que responderam a esta questão dizendo que nunca colocam os resíduos nos locais próprios obedecem a um perfil inverso ao dos que responderam sempre, o que consolida a análise feita.

O grau de escolaridade explica, também, as variações nas respostas a esta pergunta. A prática regular e quotidiana de colocar os resíduos nos recipientes específicos cresce com a escolarização. Este crescimento, apesar de bem visível, não é linear. Nos inquiridos que frequentam o ensino superior, por exemplo, as percentagens por vezes descem, o que reconduz à uma menor dedicação dos jovens a esta prática atrás registada. Os inquiridos com o ensino superior são os que declaram cuidar dos resíduos com maior regularidade.

Os profissionais técnicos e de enquadramento, e os empresários, dirigentes e liberais são as classes que declararam desenvolver esta prática com maior frequência. O operariado vem em último com a menor taxa de colocação dos resíduos nos locais apropriados.

Também a localização e a qualidade das condições de habitação estão associadas a diferentes cuidados com a separação dos resíduos. Os inquiridos que declaram uma menor frequência no direccionamento dos resíduos são os que vivem na periferia da metrópole em más condições de habitação. Os que declaram uma prática regular e quotidiana variam um pouco conforme o tipo de resíduo considerado, mas são principalmente os que têm

¹⁴ Trata-se de um indicador indirecto sobre as práticas, já que a observação se faz através da declaração dos inquiridos e não da observação directa. Este tipo de indicadores tem-se mostrado, apesar de tudo, relativamente fiável.

condições de habitação elevadas ou médias, quer vivam na periferia, quer no centro da metrópole.

No que respeita à pergunta feita sobre as orientações das pessoas relativamente à defesa das condições do ambiente urbano, verifica-se que a disposição para alterar hábitos e participar na resolução de problemas diminui globalmente com a idade dos inquiridos, aumentando um pouco nos que têm entre 36 e 49 anos.

A proporção dos que acham que é preciso alterar hábitos e participar cresce linearmente com o grau de escolaridade até aos que frequentam o ensino superior, grau em que essa proporção desce um pouco reflectindo uma menor confiança na acção. Este cepticismo pode ficar a dever-se a uma postura mais crítica face à questão e/ou pode reflectir a perda de disposição para alterar hábitos e participar, perda esta que foi atrás observada quando passamos dos inquiridos mais novos para os mais velhos.

Os estudantes, os que exercem profissão e os estudantes-trabalhadores estão mais disponíveis para agir neste âmbito, do que os desempregados, os inquiridos que se ocupam das tarefas do lar e os reformados.

São os profissionais técnicos de enquadramento aqueles em que a disposição para a acção é mais nítida, a que se seguem os empresários, dirigentes e liberais, os empregados executantes e os trabalhadores independentes. Os operários são aqueles que mostram menores disposições neste sentido.

É sobretudo entre os respondentes que se autopoicionaram politicamente no centro (em particular no centro-direita) que é maior a disposição para alterar hábitos de vida e participar na resolução de problemas concernentes ao ambiente urbano. Na esquerda e extrema-esquerda essas disposições são menos evidentes.

São os inquiridos que partilham orientações de vida para o projecto (por oposição às orientações mais conviviais), sobretudo os que se orientam por um projecto auto-centrado que maior disponibilidade mostram para agir no que toca à defesa das condições do ambiente urbano.

Os inquiridos que vivem na cidade de Lisboa e têm condições de habitação elevadas ou médias, e os que têm condições elevadas de habitação e vivem fora de Lisboa são aqueles em que a disposição para alterar hábitos e participar tem maior peso.

A harmonização entre disposição e prática declaradas neste âmbito está sobretudo patente nas variações com a escolaridade e a classe social. Quer a disposição para agir no sentido da defesa das condições do ambiente urbano, quer os cuidados na separação de resíduos domésticos, são maiores nas classes sociais com maiores recursos e aumentam globalmente o seu peso com o grau de escolarização.

No caso dos inquiridos que têm o ensino superior verifica-se, entretanto, que apesar de serem os que mais separam os resíduos, parecem perder um pouco o fôlego no que toca à confiança na acção individual. Este resultado aponta para a ideia anteriormente sugerida da existência de algum cepticismo nestes inquiridos quanto à acção individual neste âmbito, cepticismo esse que, pelos vistos, não é incompatível com a manutenção da própria acção.

A análise em termos da idade do respondente, entretanto, permite-nos entrever alguma dissonância entre disposições e comportamentos. Por exemplo, os mais jovens (com idades entre os 15 e os 23 anos) são os que mais acham que se deve alterar hábitos de vida e participar com vista à defesa das condições do ambiente urbano, mas não são os que mais se dedicam a separar os resíduos domésticos. O potencial existe. Os trajectos, os projectos, os contextos contribuirão para diferentes concretizações desse potencial.

Os inquiridos com idades entre 35 e 49 anos, entretanto, mostram uma maior consistência entre disposições e práticas no sentido de cuidar do ambiente urbano. O mesmo se pode dizer no caso dos mais idosos, só que nestes são as débeis disposições para agir que se associam à raridade nos cuidados em separar os resíduos.

2. Intervenção do Estado

Como vimos anteriormente, uma outra perspectiva a partir da qual se podem avaliar os suportes da promoção da qualidade do ambiente urbano é a que privilegia a análise do apoio das populações às acções do Estado e das autarquias, e as prioridades destas populações no que respeita aos investimentos públicos.

Para informar esta última questão pediu-se aos inquiridos que escolhessem de entre doze áreas as três que, no seu ponto de vista, deveriam receber um maior investimento por parte do Estado¹⁵.

Uma análise grosseira dos resultados mostra que a assistência à pobreza, a luta contra a droga e as pensões de reforma são as mais votadas da lista.

As que vêm no fim das recomendações são as grandes obras e a arte pública. A arte pública não tem sequer qualquer voto dos que têm mais de 65 anos, dos que não sabem ler nem escrever ou têm o 1º ciclo do ensino básico, do operariado, dos que vivem em más condições de habitação (quer em Lisboa, quer fora de Lisboa) e dos que se autoposicionam à direita no espectro político.

A assistência aos desempregados e a habitação são duas áreas que têm um lugar intermédio estável entre os dois conjuntos anteriores.

A escolha das modalidades restantes é mais irregular. Entre elas encontram-se áreas como as estradas e vias de comunicação, a segurança urbana, os espaços verdes e a recuperação do património, áreas que têm um estatuto evidente na problemática do ambiente urbano. Poderíamos, pois, dizer desde já que estas questões são mais polémicas do que as anteriores, já que se incluem no grupo das modalidades irregulares. Ou seja, a reivindicação de investimento público nestas áreas depende muito mais das características sociais dos respondentes do que as anteriores.

No que diz respeito às variações com a idade quer os que têm entre 15 e 23 anos, quer os que têm mais de 65 anos dão bastante importância à segurança urbana, área que surge aqui como quarta prioridade na suas escolhas.

Se em geral, a assistência à pobreza é a modalidade mais escolhida, no caso dos inquiridos que não sabem ler nem escrever a área em que o Estado deve investir prioritariamente é a das pensões de reforma. A questão da segurança urbana destaca-se sobretudo entre os que frequentam o ensino superior, surgindo como a segunda área nas prioridades, e nos que têm o ensino secundário. A recuperação do património está em penúltimo lugar nas escolhas dos que não sabem ler nem escrever e dos que têm o 1º ciclo do ensino básico, registando posições intermédias nos outros graus de escolaridade.

¹⁵ Tratando-se de uma pergunta de resposta múltipla, o apuramento de resultados foi feito através do cruzamento do número de respostas (e não de inquiridos) com as variáveis de caracterização social e a análise baseou-se na hierarquização das modalidades de acordo com o número de vezes que foram escolhidas.

A recuperação do património constitui uma modalidade que divide claramente as diferentes classes sociais, e a reivindicação de investimento público nesta área varia mesmo de forma linear com o volume global de recursos dos inquiridos. Entre os empresários, dirigentes e liberais está em quarto lugar na hierarquização das prioridades; nos profissionais técnicos e de enquadramento está em sétimo lugar; nos trabalhadores independentes, em nono lugar; nos empregados executantes, surge em décimo; e nos operários, está em décimo primeiro lugar, ou seja na penúltima posição.

A segurança urbana segue a mesma linearidade mas em posições de maior destaque nas prioridades. No caso dos empresários, dirigentes e liberais esta área faz mesmo parte das três mais votadas.

A área dos espaços verdes segue um perfil inverso: a sua prioridade aumenta quando passamos de classes com maiores recursos para classes com menores recursos. Uma excepção relevante é o caso dos trabalhadores independentes que nunca votaram nesta área como receptora de investimento público.

As estradas e vias de comunicação, pelo contrário, têm sempre a mesma posição em todas as classes sociais: estão em nono lugar numa lista de doze modalidades.

Se analisarmos agora as prioridades em função da localização e qualidade da habitação dos inquiridos verifica-se que a segurança urbana se destaca em segundo lugar nas reivindicações de investimento por parte dos que vivem na periferia com elevadas condições de habitação. Esta área tem ainda um lugar importante nas prioridades dos que vivem na periferia em condições médias de habitação. A questão da segurança urbana aparece, pois, como mais sensível na periferia da metrópole de Lisboa do que na própria cidade.

A recuperação do património é mais reivindicada pelos que vivem no centro com elevadas condições e habitação (está em quinto lugar nas prioridades) do que nas restantes situações.

O investimento em espaços verdes é defendido sobretudo pelos que vivem no centro e que têm más ou médias condições de habitação (em ambas as situações a modalidade está em sétimo lugar).

As estradas e vias de comunicação são um pouco mais prioritárias entre os inquiridos que vivem na periferia da metrópole com más condições de habitação.

Em termos de autopoicionamento político, verifica-se que é no centro (sobretudo no centro-esquerda) que a segurança urbana assume um lugar mais destacado na lista de reivindicações de investimento público.

É também nos inquiridos do centro que a escolha das estradas e vias de comunicação tem maior peso.

Já os espaços verdes têm um pouco mais de atenção por parte dos extremos do que por parte das modalidades centrais.

A recuperação do património é mais reivindicada pelos inquiridos de direita.

Com vista a avaliar o apoio das populações à intervenção dos poderes públicos em diversas áreas normalmente associadas à questão da qualidade do ambiente em meio urbano, fez-se uma pergunta aos inquiridos no sentido de saber se estavam ou não de acordo com um conjunto de possíveis medidas a tomar pelo Estado e autarquias.

Das onze medidas propostas, sete acolhem uma concordância maioritária qualquer que seja a idade, o grau de escolaridade, a classe social ou o posicionamento político-ideológico dos inquiridos. Este consenso alargado ergue-se em torno das seguintes propostas:

- impôr restrições à construção em altura;
- impedir que se abata certo tipo de árvores;
- encerrar bombas de gasolina em prédios de habitação;
- obrigar os restaurantes e hipermercados a recuperar/reutilizar as embalagens dos seus produtos;
- impedir a circulação em certas zonas da cidade (excepto para os residentes);
- obrigar os construtores a incluir nas suas urbanizações arruamentos, espaços públicos (espaços verdes, etc.);
- multar as pessoas que deitam lixo para o chão.

As restantes quatro medidas são mais polémicas e originam divisões entre os respondentes.

É o caso da proposta de obrigar os automobilistas a pagar sempre pela poluição que fazem, possivelmente a mais polémica de todas. Apenas os inquiridos que têm entre 36 e 49 anos e os que têm mais de 65 anos concordam maioritariamente com a medida. Nos

restantes escalões etários a discordância predomina, sobretudo entre aqueles que têm 24 e 35 anos.

Se a discordância continua a ser maioritária entre os inquiridos que não sabem ler nem escrever e os que frequentam ou terminaram o ensino superior, aqueles que têm o 1º, 2º e 3º ciclos, ou o ensino secundário tendem a concordar.

A favor, estão os profissionais técnicos e de enquadramento e os empregados executantes. Contra, são os empresários, dirigentes e liberais, os trabalhadores independentes e os operários.

Os inquiridos que se autoposicionaram politicamente no centro (centro-direita e centro-esquerda) têm uma opinião desfavorável relativamente a esta proposta; os que se posicionaram nos extremos (direita e esquerda) têm uma opinião favorável.

Esta questão divide nitidamente a população.

Impôr aos proprietários a recuperação dos edifícios independentemente dos apoios do Estado é outra proposta que acolhe acordo e desacordo. Os inquiridos que têm o ensino superior tendem a discordar desta medida, enquanto nos outros graus escolares a concordância é maioritária. Os profissionais técnicos e de enquadramento, os empregados executantes e os operários são favoráveis, mas empresários, dirigentes e liberais, e trabalhadores independentes são desfavoráveis.

Aumentar as áreas de estacionamento pago também está longe de ser uma medida pacífica. Se aqueles que têm graus de escolarização mais elevados aprovam (ensino secundário e frequência ou diploma do ensino superior), os restantes, que têm menores recursos escolares, desaprovam. É entre os empregados executantes que a discordância assoma, enquanto nos empresários, dirigentes e liberais, e nos trabalhadores independentes predomina claramente a concordância, nos profissionais técnicos e de enquadramento a concordância tem uma margem pequena e nos operários há uma divisão total entre as duas opções.

A discordância em obrigar os proprietários de casas fechadas a alugá-las ou vendê-las apenas tem maior peso nos inquiridos que frequentam o ensino superior; todos os outros concordam com esta medida.

3. Posicionamentos face à actividade económica

Numa das perguntas do questionário pedia-se aos inquiridos para dizerem se achavam que se devia dar mais importância ao crescimento económico (mesmo que isso prejudique um pouco o ambiente) ou à protecção do ambiente (mesmo que isso diminua o crescimento económico).

Independentemente da questão ser legítima quando posta nestes termos (pode ajuizar-se que o crescimento económico é compatível com a protecção do ambiente) pretendeu-se, com esta alternativa forçada, suscitar sensibilidades e registar preferências que nos permitissem elaborar ideias claras sobre este assunto.

A pergunta não versa directamente sobre o tema do ambiente urbano. Escolheu-se, entretanto, esta abordagem porque seria difícil construir um indicador equivalente referido ao ambiente urbano e porque se tem como adquirido que a especificidade das questões relativas ao ambiente em meio urbano não as exclui das questões referidas ao ambiente em geral.

Um dos resultados mais significativos da análise das respostas a esta pergunta é o de que, seja qual for a idade, o grau de escolaridade, a condição perante o trabalho, a classe social ou o posicionamento político, os inquiridos defendem a protecção do ambiente mesmo que isso se faça à custa do crescimento económico. Este consenso alargado aglutina contudo inquiridos mais entusiastas e outros menos entusiastas.

O apoio maioritário à protecção do ambiente cresce com a idade até ao escalão dos que têm entre 24 e 35 anos e depois decresce até aos que têm 65 ou mais anos. Aumenta com a escolaridade até ao 2º/3º ciclo, diminui até aos que frequentam o ensino superior, para depois aumentar de novo um pouco entre os que já têm um diploma de ensino superior. São os trabalhadores independentes os mais entusiastas deste apoio, a que se seguem os profissionais técnicos e de enquadramento, os empresários, dirigentes e liberais, os empregados executantes e, finalmente, os operários. No que respeita à condição perante o trabalho os maiores apoiantes são os estudantes trabalhadores, seguidos dos que apenas estudam e dos que exercem uma profissão. É na esquerda do espectro político que se encontram mais defensores desta causa, mas à direita o apoio é igualmente inequívoco.

É, portanto, nas classes médias com maiores recursos, na esquerda política, nos inquiridos com idades entre 24 e 35 anos, que estão a trabalhar e/ou a estudar, e que têm o 2º/3º ciclo

do ensino básico (ou o ensino superior, com menor peso) que se encontra a maior base social deste posicionamento.

Ainda no âmbito do tema do ambiente em geral, perguntou-se aos inquiridos se concordavam com a ideia de que a intervenção do Estado nas empresas constitui uma forma privilegiada de regulação dos problemas ambientais.

Também aqui a resultante é de concordância globalmente consensual, com uma nota discordante que vem da parte dos empresários, dirigentes e liberais. Nas restantes classes sociais a concordância é maioritária, sobretudo entre os empregados executantes, a que se seguem os profissionais técnicos e de enquadramento, os operários e os trabalhadores independentes.

O apoio à intervenção do Estado nas empresas com vista à regulação do ambiente decresce com a idade dos inquiridos, crescendo um pouco nos que têm entre 36 e 49 anos. Aumenta com a escolaridade até ao 2º/3º ciclo do ensino básico e depois decresce até ao ensino superior. Tem maior peso nos estudantes trabalhadores, nos que exercem uma profissão e nos que apenas estudam. Encontra maior sustentação nos extremos do espectro político (esquerda e direita) do que nas posições de centro (centro-direita e centro-esquerda).

IV. Avaliação e Prospectiva sobre Ambiente Urbano

1. Projectos residenciais e preferências sobre determinadas áreas residenciais

Os critérios mais assinalados pelos inquiridos no âmbito da escolha do local de residência foram a qualidade da vida urbana da zona (20,8%) e a proximidade da família e amigos (20%).

São os inquiridos com mais de 65 anos, mais escolarizados, que se situam sobretudo em sectores sociais mais favorecidos (tais como empresários, directores e profissionais liberais), e que residem em alojamentos de qualidade de habitação elevada, tanto no centro como na periferia de Lisboa (por exemplo: Oeiras moradias classe média alta, S. João de Brito moradias classe média alta, Cascais andares classe alta, Restelo moradias classe alta), que referem mais expressivamente a importância da **qualidade da vida urbana** e o **acesso**

a equipamentos e serviços comerciais na zona da residência. Estes dois critérios surgem igualmente com maior incidência nos inquiridos que identificam como principais problemas de ambiente urbano os problemas relacionados com a condição de utilização do espaço urbano.

Já os critérios **preço da habitação e proximidade do emprego** surgem com especial destaque nos inquiridos menos escolarizados, que têm entre os 50 e os 64 anos, que pertencem ao operariado e à pequena burguesia de execução (empregados executantes) e que residem em habitações precárias na periferia: Odivelas habitação social, Loures clandestinos moradias classe média baixa. Relativamente aos problemas de ambiente urbano que mais afectam o quotidiano dos inquiridos que mencionaram os critérios atrás mencionados, destacam-se sobretudo os problemas associados às condições básicas de vida e com as condições de convivialidade/sociabilidade.

A **proximidade da família e amigos** é um critério importante sobretudo para os inquiridos menos escolarizados, com mais de 50 anos, pertencem a sectores sociais menos favorecidos e que residem tanto na periferia como no centro de Lisboa em alojamentos de qualidade de habitação média e precária: Belém moradias classe média baixa, Curraleira habitação precária. Este critério destaca-se da mesma forma nos inquiridos que associam os principais problemas de ambiente urbano a questões de índole estritamente económica.

Os inquiridos em idade activa, sobretudo com idades comprEmpregados executantes compreendidas entre os 36 e os 49 anos, que possuem no máximo o Ensino Secundário, pertencem à PBE e que residem na periferia em alojamentos de qualidade de habitação média, por exemplo em Alverca cooperativas habitação social, destacam o critério **dimensão da habitação**. Verifica-se ainda que o grande peso atribuído a este critério surge nos inquiridos que remetem os problemas de ambiente urbano para as condições biológicas e básicas de vida.

A importância de ser um **local sossegado** é referida sobretudo pelos inquiridos mais jovens e mais escolarizados, que residem no centro em alojamentos de qualidade de habitação elevada (por ex. Restelo moradias classe alta, Av. Novas andares classe média alta) e pertencem a estratos sociais mais favorecidos. A enunciação deste critério tem ainda maior expressividade nos inquiridos que apontam como principais problemas de ambiente urbano os que se inserem no âmbito das condições psicológicas.

Por fim, a **qualidade da habitação** assume especial relevância nos inquiridos que possuem o Ensino Básico, têm entre os 24 e os 35 anos, são sobretudo trabalhadores independentes e empregados executantes e que residem no centro em alojamentos com condições de habitação precárias nomeadamente na Almirante Reis andares classe média baixa, em Chelas habitação social e na Pedreira dos Húngaros habitação precária. Este critério evidencia-se ainda nos inquiridos que remetem os problemas de ambiente urbano para as condições psicológicas e básicas de vida.

Para a maioria dos inquiridos residentes no concelho de Lisboa, sobretudo aqueles que vivem em alojamentos com elevadas condições de habitação, não faz parte dos seus projectos de vida ir residir para a periferia (84,8%). Por sua vez, aqueles que não pensam sair da cidade de Lisboa apontam como critérios mais importantes para a escolha do seu local de residência a qualidade de vida urbana da zona (23,8%) e a proximidade da família ou amigos (18,9%).

Os restantes 15,2% que têm como projecto ir viver para a periferia residem actualmente em alojamentos com condições de habitação médias e precárias, são sobretudo jovens empregados executantes e de profissões técnicas intermédias com o Ensino Básico e alguns deles a frequentar o Ensino Superior. Paralelamente, elegem como principais critérios para a escolha do local de residência a proximidade da família ou amigos (24,5%) e a proximidade do emprego (19,4%). São igualmente indivíduos que referiram como principais problemas de ambiente urbano aqueles que se reportam às condições económicas.

No que se refere às razões porque pensam ir viver para fora de Lisboa estas passam essencialmente por a cidade estar impossível de se viver (32,6%), os valores das casas e das rendas serem mais acessíveis (23,9%), para estar mais próximo do campo ou ainda por um conjunto de outras razões não especificadas. São os inquiridos mais jovens e que apresentam níveis de escolaridade medianos e baixos que referem como principais razões a mudança de emprego e o preço das casas. Já os inquiridos mais idosos e mais escolarizados apontam com maior expressividade o facto da cidade estar impossível de se viver e o desejo de estarem mais próximos do campo.

Para a maioria dos inquiridos (92,9%) que residem na periferia de Lisboa não faz parte dos seus projectos de vida ir viver para a cidade de Lisboa. De facto, apenas 7,1% dos inquiridos manifestaram o desejo/intenção de ir viver para a cidade de Lisboa.

O projecto residencial de ir viver para a cidade de Lisboa destaca-se nos inquiridos mais jovens, mais escolarizados e que pertencem a estratos sociais mais favorecidos. Paralelamente, apontam como principais critérios para a escolha do seu local de residência a qualidade da habitação (27,3) e a qualidade de vida urbana (20,5%).

As principais razões para ir viver para a cidade de Lisboa reportam-se sobretudo a um melhor acesso a equipamentos e serviços (34,8%), e ao factor proximidade da família com 21,7%. Surgem ainda 34,8% de inquiridos que apresentam outras razões.

2. O estado do ambiente em Lisboa e nas periferias

Perante um conjunto de aspectos relacionados com a situação do Ambiente Urbano na cidade de Lisboa, os inquiridos são da opinião que aquilo que mais piorou nos últimos 10 anos diz respeito ao ruído (77,1%), trânsito (76,1%), ar (62,1%), segurança urbana (61,9%) e estacionamento (52,6%), ao passo que os aspectos que mais melhoraram incidiram nas vias e acessos (83,4%), transportes públicos (57,6%), habitação (37,1%) e espaços públicos (35,8%). A Qualidade da água, as zonas verdes e jardins, a situação do património e os espaços públicos foram os aspectos apontados que mais se mantiveram no espaço temporal indicado.

A incidência de não respostas recai, sobretudo, na qualidade da água (16,5%), condições de vida da população (13,2%) e na situação do património (13,2%).

Quando se pediu aos inquiridos para avaliarem o **estado do ambiente em algumas zonas periféricas de Lisboa**¹⁶, verificou-se que aqueles que residem fora do concelho de Lisboa têm uma atitude mais positiva sobre a evolução do estado do ambiente nas zonas identificadas. No entanto, os inquiridos que residem em Cascais e Sintra consideram que o estado do ambiente piorou nos últimos 10 anos. Relativamente ao estado do ambiente na Margem Sul verifica-se que aqueles que aí residem, nomeadamente no Barreiro, fazem uma avaliação positiva.

¹⁶ As zonas periféricas identificadas no questionário foram: Linha de Sintra, Linha de Cascais, Linha de Vila Franca de Xira e Margem Sul.

Quando se pediu aos inquiridos que cenarizassem, num universo temporal de 10 anos, o estado do ambiente urbano em Lisboa, verificou-se que os aspectos que mais iriam piorar incidiram, de igual forma, sobre o ruído e o trânsito (57,3%), seguidos da qualidade do ar (53,9%) e da segurança urbana (43,8%). A melhorar seria, sobretudo, as vias e acessos (64,9%), os transportes públicos (56,6%) e a situação dos lixos (42,2%). Com tendência para se manter foram apontados: os espaços públicos (43,4%), a água (39,6%) e o património (35,4%).

Tal como para a situação do ambiente urbano nos últimos 10 anos, também aqui a incidência de não respostas recaiu, sobretudo, na qualidade da água (16,4%), condições de vida da população (14,8%) e na situação do património (13,2%).